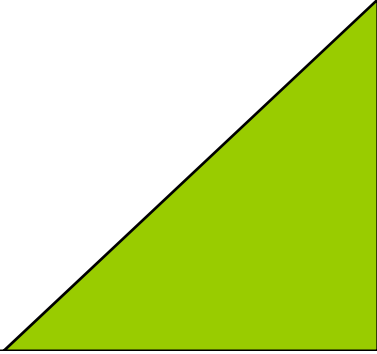


O Desporto Adaptado no Concelho de Santa Maria da Feira.

**Estudo de Caso do Projecto
“Natação Adaptada da FeiraViva”.**

Marta Alexandra Marques Fernandes da Silva

Porto, 2008



O Desporto Adaptado no Concelho de Santa Maria da Feira.

**Estudo de Caso do Projecto
“ Natação Adaptada da FeiraViva”**

Monografia realizada no âmbito da disciplina de
Seminário do 5º ano da Licenciatura em Desporto e
Educação Física, na área de Reeducação e
Reabilitação, da Faculdade de Desporto da
Universidade do Porto

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria José Carvalho
Co-Orientador: Prof. Doutor Rui Corredeira
Marta Alexandra Marques Fernandes da Silva

Porto, 2008

Silva, M. (2008). O Desporto Adaptado no Concelho de Santa Maria da Feira – Estudo de caso do Projecto de Natação Adaptada da FeiraViva. Porto: M. Silva. Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-chave: DEFICIÊNCIA; DESPORTO ADAPTADO; NATAÇÃO ADAPTADA; GESTÃO DESPORTIVA MUNICIPAL; DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO.

Agradecimentos

A presente dissertação representa o culminar de todo um percurso académico repleto de experiências pessoais e profissionais que ao longo dos últimos anos me ajudaram a ser o que sou hoje.

Ao longo do caminho muitos foram os que se cruzaram e que, de alguma forma, marcaram o seu lugar acompanhando-me e ajudando-me a ultrapassar as dificuldades.

Desta forma, um agradecimento especial a todos os que durante este processo me apoiaram.

À Prof.^a Doutora Maria José Carvalho pela dedicação, disponibilidade, paciência, carinho e preocupação como Orientadora, principalmente por me incutir a necessidade de inovação e superação.

Ao Prof. Doutor Rui Corredeira pela orientação, disponibilidade e conhecimentos científicos da área que me permitiram desenvolver o meu trabalho.

À Prof.^a Doutora Maria Adília Silva, responsável pelo seminário de reeducação e reabilitação agradeço as orientações metodológicas, incentivo e preocupação sentidos durante todo o processo.

Aos meus entrevistados pela disponibilidade e prontidão durante todo o processo do projecto. Em especial ao Dr. Paulo Sérgio Pais pela energia contagiante que transmite e ao Sr. José Carlos pela incansável preocupação e ajuda em todos os momentos.

Ao Ricardo Silva pelo empenho, disponibilidade e preocupação na fase final do meu trabalho.

Aos meus amigos de Esmoriz pela paciência, companheirismo, amizade e dedicação que ao longo destes anos fomos construindo, fazendo cada um de nós uma pequena parte do outro.

À Marta Otero e ao André pela colaboração, compreensão e apoio durante todo este processo.

À minha irmã por ter recuperado a luz nos seus olhos após o nascimento do Miguelito.

Aos meus Pais por me apoiarem incondicionalmente e permitirem ao longo da minha vida construir o meu caminho, acompanhando-me pelos meus sonhos.

À Bininha e ao Landinho por todo o amor, carinho e dedicação enquanto avós.

Índice Geral

Agradecimentos	III
Índice Geral	IV
Resumo	VIII
Abstract.....	X
Lista de Abreviaturas	XII
Introdução	1
CAPÍTULO I – Revisão de Literatura	7
1) Deficiência, Incapacidade e Desvantagem	9
1.1) Tipos de Deficiência	11
1.1.1.) Deficiência Mental.....	12
1.1.2) Síndrome de Down	14
1.1.3) Deficiência Visual.....	16
1.1.4) Deficiência Auditiva.....	18
1.1.5) Paralisia Cerebral.....	18
1.1.6) Deficiência Motora	21
1.2) Perspectiva Normativa do Desporto Adaptado.....	21
1.3) Desporto enquanto Promotor de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência	25
1.4) Evolução Histórica do Desporto Adaptado	29
1.4.1) Realidade Internacional	29
1.4.2) Realidade Nacional	32
1.5) Desporto e Autarquias	34
1.5.1) As Autarquias enquanto promotoras do Desporto Local.....	34
1.5.2) Enquadramento Legal do Desporto nos Municípios.....	38
1.6) Factores de Desenvolvimento Desportivo	43

CAPÍTULO II – Metodologia	47
1) Objectivos do Estudo.....	49
1.1) Objectivo Geral	49
1.2) Objectivos Específicos.....	49
2) Caracterização do Concelho de Stª Mª da Feira	50
3) Caracterização da FeiraViva Cultura e Desporto, E.M.	52
3.1) Descrição da Empresa	52
3.2) Organigrama da FeiraViva, E.M.	54
3.3) Áreas de Intervenção.....	55
3.4) Área de Intervenção no Âmbito Desportivo	55
3.5) Gestão da Qualidade.....	55
3.6) Estrutura de Recursos Humanos.....	56
3.7) Relação Estatística de idades, habilitações e tipo de contrato	57
4) Caracterização do Projecto de Natação Adaptada da FeiraViva	57
4.1) Piscina Municipal da Feira	58
4.2.) Piscina de São João de Ver.....	59
4.3) Caracterização dos Atletas	60
5) O Projecto da FeiraViva e os seus Factores de Desenvolvimento	61
6) Instrumentos de Recolha de dados	62
7) Procedimentos de Análise	63
8) População do Estudo.....	65
CAPÍTULO III – Apresentação e Discussão dos Resultados	67
1) Apresentação e Discussão dos Resultados - Fase Interpretativa.....	69
1.1) Vereador do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude	69
1.1.1) Relação entre a Câmara Municipal e a FeiraViva E.M.....	69
1.1.2) Política Desportiva relativa ao Desporto Adaptado	70

1.1.3) Âmbito de Intervenção do Desporto Adaptado.....	71
1.1.4) Acessibilidades nas Instalações Desportivas.....	73
1.1.5) Relações Protocolares	74
1.1.6) Objectivos do Município para o Desporto Adaptado	75
1.2) Administrador Executivo da FeiraViva, Cultura e Desporto E.M.....	76
1.2.1) Competências e Funções do Administrador Executivo da Feira Viva E.M.	76
1.2.2) Gestão Autárquica, Modelo de Gestão da FeiraViva E.M.	77
1.2.3) Actividades Desportivas da FeiraViva E.M.....	78
1.2.4) Política Desportiva no âmbito do Desporto Adaptado.....	79
1.2.5) Acessibilidades nas Instalações Desportivas.....	80
1.2.6) Factores de Desenvolvimento Desportivo.....	81
1.2.7) Nível de Intervenção da E.M. junto das Instituições de apoio a Pessoas com Deficiência.....	83
1.2.8) Planos de Futuro para o Projecto.....	83
1.3) Coordenadora do Grupo técnico do Projecto de Natação Adaptada “Uma Braçada à Frente”.	85
1.3.1) Projecto de Natação Adaptada da FeiraViva	85
1.3.2) Recursos Humanos da FeiraViva Natação Adaptada	85
1.3.3) Formação Profissional do Grupo Técnico	86
1.3.4) Dificuldades da Prática	87
1.3.5) Desporto Adaptado - Promotor de Inclusão das Pessoas com Deficiência	87
1.3.6) Desporto de Competição vs Desporto Adaptado, ... Inclusão vs Exclusão.....	89 89
1.4) Análise e Discussão dos Aspectos convergentes e divergentes das entrevistas	90

1.4.1) Política Desportiva no Âmbito do Desporto Adaptado	90
1.4.2) Acessibilidades das Infra-Estruturas	91
1.4.3) Objectivos do projecto de Natação Adaptada	91
1.4.4) Factores de Desenvolvimento Desportivo.....	91
1.5) Análise das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças do projecto de Natação Adaptada	92
CAPITULO IV – Considerações Finais	95
Referências Bibliográficas	101
Anexo 1.....	XIII
Anexo 2.....	XV
Anexo 3.....	XVII
Anexo 4.....	XIX

Resumo

Na sociedade contemporânea assistimos a políticas e acções que visam a existência de comunidades mais justas no sentido da promoção de igualdade de direitos e oportunidades a todas as pessoas. O desenvolvimento do desporto para todos vem, neste sentido, enquadrar os anseios da população no que toca à oferta de Desporto Adaptado.

O Concelho de Santa Maria da Feira, na tentativa de cumprir com as suas atribuições e competências legais, criou em Setembro de 2007 um projecto designado “ Natação Adaptada FeiraViva” disponibilizando ao cidadão com deficiência a oportunidade de realizar actividades desportivas ajustadas às suas necessidades.

Atendendo a esta realidade, temos como propósito no presente estudo identificar a Política Desportiva no âmbito do Desporto Adaptado no Concelho.

Identificamos primariamente os intervenientes no planeamento e gestão das Actividades Desportivas do Concelho, procurando reconhecer as estratégias, as políticas e os programas relativos à oferta de Desporto Adaptado, culminando na análise e discussão do projecto designado “Uma Braçada à Frente”.

A nossa metodologia incidiu na interpretação dos principais textos jurídicos relativos às empresas municipais, na análise documental de textos de referência da empresa e na realização de entrevistas semi-estruturadas ao Vereador do Pelouro do Desporto do Município, ao Director Executivo da FeiraViva e à Coordenadora do grupo técnico de Natação Adaptada.

Posteriormente procedemos à tarefa descritiva e interpretativa das entrevistas efectuadas.

A nossa investigação culminou com três grandes considerações sobre a temática:

1. Política Desportiva do Desporto Adaptado no Concelho de St^a M^a da Feira, resume-se a uma restrita concepção da dimensão do desporto de alto-rendimento;
2. Esta concepção unitária tem como consequência uma oferta singular de Desporto adaptado, direccionando exclusivamente as pessoas com deficiência ao projecto de natação;
3. O referido projecto, circunscrito ao âmbito do alto-rendimento, não consegue responder aos anseios da população com deficiência, no que se refere ao carácter plural da inclusão.

Palavras-chave: DEFICIÊNCIA; DESPORTO ADAPTADO; NATAÇÃO ADAPTADA; GESTÃO DESPORTIVA MUNICIPAL; DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO.

Abstract

The contemporary society strives to make a fairest community in order to promote equal rights and opportunities to everyone. In this case, the promotion of sports is important to remedy the offer at Adapted Sports.

In September of 2007 the Municipality of Santa Maria da Feira created Adapted Swimming FeiraViva providing to people with special needs the opportunity to perform sports adjusted to their needs.

This study identifies Sport Policies as far as Adapted Sports is concerned.

First, the participants in the planning and the management of the Sporting Activities were identified culminating in the analysis and discussion of the project called “Uma Braçada à Frente”.

The methodology followed focused the interpretation of the main legal texts on municipal enterprises, the documentary analysis and interviews with the councillor of Sport of St^a M^a da Feira Municipality, with the Executive Director of FeiraViva and with the Coordinator of the technical group of Adapted Swimming.

Later on, comes the descriptive and interpretative task of the interviews made.

The research culminated with three important considerations about the theme in question, such as:

1. The Sports Policy of Adapted Sport in the Municipality of St^a M^a da Feira consists in a restrictive conception of the dimension of high performance sport.
2. The consequence of this unitary conception is a Sports restrictive provision, routing only people with disabilities to the swimming draft.
3. The project, limited the scope of high-income, can not meet the aspirations of people with disabilities, regarding the diversity of inclusion.

Key-Words: ADAPTED SPORT; ADAPTED SWIMMING; PEOPLE WITH SPECIAL NEEDS; MUNICIPALLY MANAGEMENT SPORT; SPORT DEVELOPMENT.

Lista de Abreviaturas

AAMR	American Association on Mental Retardation
CIDID	Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CM	Câmara Municipal
CP-ISRA	<i>Cerebral Palsy International Sport and Recreation</i>
CRP	Constituição da República Portuguesa
DA	Desporto Adaptado
DAu	Deficiência Auditiva
DD	Desenvolvimento Desportivo
DM	Deficiência Mental
DMt	Deficiência Motora
DV	Deficiência Visual
EM	Empresa Municipal
FDD	Factores de Desenvolvimento Desportivo
FPDD	Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes
FV	FeiraViva
FVEM	FeiraViva Empresa Municipal
HSS	Hospital S. Sebastião
LBAFD	Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto
OMS	Organização Mundial de Saúde
QI	Quociente de Inteligência
RH	Recursos Humanos
SD	Síndrome de Down
St^a M^a	Santa Maria
SWOT	<i>Strenghts, Weakness, Opportunities, Threats</i>
T21	Trissomia 21

*“Todos os Homens são iguais em sociedade. Nenhuma sociedade se pode
fundamentar noutra coisa que não seja a noção de igualdade.”*
Johann Goethe (2007)

Introdução



O presente trabalho é realizado no âmbito da disciplina de Seminário do 5º ano da opção de Reeducação e Reabilitação da Licenciatura de Desporto e Educação Física da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Nesta parte introdutória, tentaremos de uma forma clara e precisa, expor a temática do nosso estudo bem como as razões que levaram à sua elaboração, quais os objectivos a que nos propomos alcançar, assim como os caminhos que percorreremos até à sua conclusão.

As pessoas com deficiência continuam a enfrentar uma acentuada discriminação, independentemente de viverem numa sociedade que se afirma desenvolvida ou em vias de desenvolvimento.

Aqueles que ao longo de anos, ninguém ousava chamar seres humanos, foram apenas reconhecidos como tal pela Organização das Nações Unidas em 1975 e qualificadas como “pessoas com deficiência”¹.

Os tempos mudam os conceitos evoluem, de deficientes falamos agora em pessoas com deficiência. Ao longo do nosso trabalho dirigimo-nos a esta população adoptando o conceito de pessoas com deficiência, pois deficiência detém um carácter discriminatório e depreciativo no sentido lato da palavra. São seres humanos que por alguma causa, congénita ou adquirida padecem de alguma situação que se distanciam do normal.

As causas, as consequências e o peso social deste fenómeno diferem de acordo com a diversidade sócio-económica e cultural de cada região e de acordo com as medidas adoptadas por cada Estado na promoção do bem-estar, na prevenção e na reabilitação social dos seus cidadãos.

Neste âmbito, o Desporto para pessoas com deficiência surge como promotor de inclusão através da sua participação na actividade desportiva em conjunto com os seus pares.

¹ De sublinhar que na Lei Magna do País, a Constituição da República Portuguesa designadamente no seu artigo 71.º a terminologia utilizada para definir pessoa com deficiência é portador de deficiência.

A participação no desporto e modalidades adaptadas às possibilidades da pessoa com deficiência, confere-lhe a oportunidade de desenvolver a sua condição física, de se dedicar a actividades de lazer, de se tornar mais activa, de ocupar o seu tempo livre ambiente e ainda a possibilidade de poder desenvolver excelentes desempenhos no Desporto de alto rendimento.

O Desporto Adaptado (DA) consiste em experiências desportivas que foram modificadas ou especialmente designadas para irem de encontro às necessidades especiais de um grupo de indivíduos (Dias, 2007, p. 28).

Poderá adoptar características de integração (onde as pessoas com deficiência interagem com as pessoas sem deficiência) ou características segregadoras (que apenas incluem pessoas com deficiência).

O Desporto Adaptado tem diversos objectivos entre os quais a sua reabilitação física e psicológica.

O direito ao desporto consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP) no seu artigo 79.º é um direito universal que deve ser salvaguardado pelo Estado em colaboração com as escolas e associações desportivas.

Obviamente, a população com deficiência não pode ser excluída deste direito fundamental que é reforçado pelo artigo 73.º desta lei magna, especialmente dedicado à reabilitação e integração das pessoas com deficiência.

Partimos para este estudo monográfico com dúvidas inquietantes que constituem o ponto de partida da nossa investigação, a qual assentará na problemática da relação existente entre o Desporto e as pessoas com deficiência a partir da análise das atribuições e competências legais da administração local.

As principais questões que nos movem podem ser expressas do seguinte modo: a população com deficiência de Santa Maria da Feira é objecto de algum planeamento com fins desportivos por parte do respectivo município? As entidades que acolhem população com deficiência têm previsto a actividade

desportiva no seu plano de actividades? O município de St^a M^a da Feira oferece programas desportivos específicos para a população com deficiência?

Após o levantamento dos dados referentes à nossa pergunta de partida, se comprovarmos a sua existência, partiremos para o nosso trabalho procurando perceber qual o plano vigente, qual a população abrangida e quais os aspectos que podem ser melhorados. Caso contrário, procuraremos perceber quais as causas da sua inexistência, se as entidades públicas e privadas se encontram interessadas em criar condições de prática de actividades desportivas para esta população, e quais os programas que se podem desenvolver.

O direito ao desporto, tal como já referimos, apesar de consagrado na nossa Constituição da República Portuguesa, nem sempre encontra meios físicos e humanos para se tornar real, como bem evidencia Constantino (1999), “é precisamente à escala do poder local que melhor se pode começar por dar conteúdo prático ao exercício de um direito de cidadania com a respectiva tradução constitucional: o direito ao desporto. De todos e não apenas de alguns”.

Neste sentido procuramos analisar até que ponto as autarquias locais, enquanto entidades promotoras e reguladoras da actividade desportiva local criam condições que permitam a sua prática às pessoas com deficiência.

Com a elaboração do presente trabalho pretendemos identificar quais são as ofertas de desporto adaptado no município de Santa Maria da Feira.

Procederemos à identificação das instituições de apoio às pessoas com deficiência existentes no concelho, para percebermos qual a relação entre estas e a autarquia, quais os programas que desenvolvem em conjunto, qual o tipo de população que abrangem e qual o trabalho que desenvolvem com estas na área da actividade desportiva. A recolha de informação será feita através da realização de entrevistas e de pesquisa documental existente.

No ano Europeu de Igualdade de Oportunidades vêem-se aumentadas as inquietudes e preocupações com esta população, pois este ano tem como principais objectivos informar os cidadãos dos seus direitos em matéria de não

discriminação e igualdade de tratamento, promover a igualdade de oportunidades para todos e celebrar as vantagens da diversidade.

Os valores de cada um são orientados de acordo com as experiências, aprendizagens de vida que nos fazem crescer como pessoa humana, integrada num sistema social, estes valores são o que caracterizam a nossa personalidade e que reflectem a nossa existência social.

Na sociedade ocidental contemporânea impera a relatividade, a pluralidade a diversidade em todos os campos de acção humana, não obstante, apesar desta diversidade, parece ainda verificar-se uma atitude generalizada de quase rejeição face ao diferente, materializando-se este fenómeno principalmente na discriminação de grupos minoritários e/ou diferentes.

O papel do Homem na sociedade não se deve limitar à satisfação das suas necessidades individuais, mas ir ao encontro dos outros, no sentido da interdependência enquanto seres sociais, em vista de uma sociedade mais humanizada.

Sendo o Desporto um meio de excelência para a participação de todos, a pertinência do nosso estudo vem ao encontro de uma temática que necessita de meios humanos, financeiros e materiais para que o desenvolvimento de políticas desportivas no âmbito do Desporto Adaptado se torne uma realidade.

“Pessoas amputadas surfando. Pessoas cegas jogando futebol. Pessoas com síndrome de HIV fazendo ginástica. Pessoas cardiopatas remando. Pessoas surdas dançando. Pessoas diabéticas pedalando. Pessoas hemiplégicas nadando. Pessoas autistas nadando.”

Verena Pedrinelli
Rita Verenguer (2004)

CAPÍTULO I – Revisão de Literatura

1) Deficiência, Incapacidade e Desvantagem

O conceito de deficiência vem sofrendo mutações ao longo dos tempos.

Ao mesmo tempo que a sociedade altera a sua atitude face à diversidade, promovendo a igualdade de oportunidades para todos assim permite que cada um encontre o seu próprio espaço e identidade.

Segundo Castro (1996), a reacção de uma dada sociedade perante a diferença apresenta estreita relação com questões de ordem cultural, económica e em última instância com a própria filosofia social.

Face, entre outras, à diversidade de situações de carácter físico, psíquico, sensorial, comportamental que caracterizam o grupo das pessoas com deficiência, estas reflectem-se no respectivo viver quotidiano denotando necessidades específicas deste tipo de população (Silva, 2005).

Para melhor compreender os conceitos que iremos abordar, devido à enorme variação terminológica dos mesmos, optamos por iniciar a revisão de literatura, tal como Dias (2007), apoiando-nos na definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), adoptando a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), designadamente:

Deficiência: descrita como as anormalidades nos órgãos e sistemas e nas estruturas do corpo. A deficiência representa qualquer perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica, de carácter temporário ou permanente. Foram adoptados cinco grandes agrupamentos: deficiências psíquicas, sensoriais, físicas mistas e nenhuma deficiência em especial.

Incapacidade: caracterizada como as consequências da deficiência do ponto de vista do rendimento funcional, ou seja, no desempenho das actividades. A incapacidade consiste na restrição ou falta de capacidade para realizar actividades dentro dos limites considerados normais para um ser humano. As incapacidades podem ser temporárias, ou permanentes, reversíveis ou irreversíveis, progressivas ou regressivas e são sempre resultantes de uma doença.

Desvantagem: reflecte a adaptação do indivíduo ao meio ambiente resultante da deficiência e incapacidade. A desvantagem é a condição social de *prejuízo* sofrido por um indivíduo, resultado de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma actividade considerada normal para um ser humano, tendo em atenção a idade, o sexo e os factores sócio-culturais. A desvantagem representa a expressão social de uma deficiência ou incapacidade, logo reflecte as consequências culturais, sociais, económicas e ambientais que, para o indivíduo, derivam da existência da deficiência e da incapacidade.

A OMS tem um papel decisivo na consolidação e operacionalização de um novo quadro conceptual da funcionalidade e da incapacidade humana.

Embora na sua versão experimental da CIDID de 1980, introduza uma distinção entre estes conceitos, tão frequentemente confundidos, ela é alvo de muitas críticas por manter uma relação linear (do tipo doença leva à deficiência, a deficiência leva à incapacidade, a incapacidade conduz a uma desvantagem) e causal entre os referidos conceitos, não contemplando os factores ambientais.

Assim, em 1993, a CIDID devido às inúmeras fragilidades que demonstrava na relação entre as dimensões que a compõem e na ausência da abordagem a aspectos sociais e ambientais, dá início a um profundo e longo processo de revisão desta classificação, altamente participado por diferentes entidades internacionais, por elevado número de especialistas e por organizações representativas das pessoas com deficiência.

Em Maio de 2001, na 54^a Assembleia Mundial de Saúde aprovou-se a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) a fim de ser adoptada pelos diferentes Estados-Membros como o quadro de referência da OMS para a saúde e incapacidade, com o âmbito de aplicação universal.

A CIF baseia-se numa abordagem biopsicossocial, destacando-se do modelo biomédico, baseado no diagnóstico etiológico da disfunção (Buchalla e Farias 2005, pp.190-192). Introduce uma mudança radical de paradigma “do

modelo puramente médico para um modelo biopsicossocial e integrado da funcionalidade e incapacidade humana”, sintetizando o modelo “médico” e o modelo “social” numa “visão coerente das diferentes perspectivas de saúde: biológica, individual e social”.

Um dos principais objectivos da OMS com este novo sistema de classificação, foi a definição de uma linguagem comum e de um quadro conceptual que uniformizasse conceitos, metodologias e critérios, coerentes e adequados com os progressos científicos, tecnológicos e sociais mais relevantes neste domínio.

Este desígnio veio colmatar as dificuldades a nível internacional e por vezes nacional, de responder com maior rapidez e eficácia segundo padrões conceptuais unificados, capazes de serem utilizados adequadamente num universo maior.

Em suma, a CIF rejeita a classificação de pessoas por categorias diagnósticas e estatísticas de deficiência, substituindo-a por uma classificação de perfis e limitações funcionais (na perspectiva da incapacidade), assente num modelo dinâmico e interactivo da pessoa e do seu meio ambiente.

De igual importância consideramos a definição presente na Lei de Bases da Prevenção, Habilitação e Participação da Pessoa com Deficiência (*vide* Artigo 2.º, da Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto):

“...aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em conjugação com os factores do meio, lhe limitar ou dificultar a actividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas”.

1.1) Tipos de Deficiência:

A população do nosso estudo caracteriza-se pela sua diversidade.

Neste sentido ao longo das próximas páginas, procuramos definir de um modo geral os diversos tipos de deficiência, para um melhor entendimento das características dos atletas do projecto de natação “Uma Braçada à Frente”.

1.1.1.) Deficiência Mental

A primeira definição de deficiência mental (DM) data de 1908, sendo o seu autor Tredgold (Morato, 1995). Desde então, a evolução do conceito seguiu a evolução da história do ser humano, da ciência e da sociedade.

Segundo a *American Association on Mental Retardation* (AAMR) por DM entende-se, “ o estado de redução notável do funcionamento intelectual significativamente inferior à média, associado a limitações pelo menos em dois aspectos do funcionamento adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho (Mental Retardation, 2002).

A DM é classificada de várias formas de acordo com o objectivo da sua abordagem. Pode ser caracterizada por um quociente de inteligência (QI) inferior a 70, média apresentada pela população, conforme padronizado em testes psicométricos ou por uma desfasagem cognitiva em relação às respostas esperadas para a idade e realidade sócio-cultural, segundo provas, roteiros e escalas, baseados nas teorias psicogenéticas.

Do ponto de vista educacional, os indivíduos com DM são classificados como dependentes (deficiência intelectual profunda – $QI < 25\%$), treináveis (deficiência intelectual moderada / severa - $25\% < QI < 55\%$) e educáveis (deficiência intelectual ligeira – $QI > 50\%$) (Silva, 1991).

Os dependentes conseguem apenas adquirir uma aprendizagem mínima, no que respeita à aquisição de hábitos e têm necessidade de atenção permanente, pois são incapazes de realizar sozinhos, grande parte das actividades.

Os treináveis com algumas limitações são capazes de exercer alguns tipos de tarefas. Por último os educáveis não podem acompanhar programas do

ensino regular, mas são susceptíveis de aprender conceitos ligados a algumas áreas, mediante o acompanhamento especial.

Em 1992, *Luckasson & al. (AAMR, 2002)* editam a 9ª definição de DM, dando-se a alteração do quadro de referência, passando de uma classificação baseada somente numa característica expressa pelo indivíduo, para uma concepção das relações do mesmo com o envolvimento.

Segundo os mesmos autores, a DM refere-se a limitações substanciais da funcionalidade presente. É caracterizada por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, que é concomitante com limitações relacionadas em duas ou mais das seguintes áreas das competências adaptativas: comunicação, autonomia pessoal, autonomia em casa, competências sociais, autonomia na comunidade, saúde e segurança, habilidades académicas, lazer e emprego.

Desta forma, surge a necessidade urgente de avaliar o funcionamento intelectual habitualmente estimado pelo QI, referindo-se ao aproveitamento académico, por outro lado, as competências adaptativas tradicionalmente avaliadas por escalas de comportamento adaptativo referentes ao relacionamento do indivíduo com o seu meio envolvente.

Em 2002, a *AAMR* actualiza o conceito² pelo contributo de *Lucksson & al.* caracterizando a DM como uma incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e comportamento adaptativo, expresso nas capacidades conceptuais, sociais e práticas adaptativas, estando a sua origem antes dos 18 anos de idade (in *AAMR 2002*).

Esta definição distancia-se da anterior, no sentido em que deixa de fazer referência ao valor do QI do indivíduo e ao número mínimo de áreas do comportamento.

De acordo com Soares (2002) a DM não é uma única doença ou síndrome, mas um estado de diminuição reconhecido na pessoa e cujas causas e consequências são numerosas e diversas.

² Entretanto, em Abril de 2008 este conceito foi actualizado para deficiência intelectual, como se pode verificar no endereço electrónico www.aamr.org.

Desta forma, ao abordarmos esta população não nos poderemos esquecer da heterogeneidade que o próprio conceito encerra, apesar de delimitado nos seus diversos campos.

1.1.2) Síndrome de Down

O Síndrome de *Down* (SD) foi caracterizado pela primeira vez em 1866, na Grã-Bretanha pelo médico Jonh Langdon Down, com base em algumas características observadas em crianças internadas num asilo de Surrey.

Durante muitos anos as pessoas com SD foram conhecidas como mongolóides, devido às grandes semelhanças faciais e físicas com indivíduos orientais.

SD ou Trissomia 21 (T21) é a designação científica que identifica a maior causa de DM de origem genética, representando a anomalia múltipla congénita mais comum nos humanos segundo *Pinter & al.* (cit. por Oliveira, 2006, p. 42).

Com os progressos científicos obtidos na segunda metade do Século XX, muitas perguntas viram as suas respostas satisfeitas, a descoberta científica dos cromossomas permitiu ao Homem perceber as alterações genéticas, sendo os termos mongolóide ou mongólico abandonado.

Por sua vez, Nielsen (1999, p. 121) define o SD ou T21 como sendo causa de uma anomalia cromossómica, implicando atrasos no desenvolvimento físico e intelectual, assim como na área da linguagem. É a anomalia cromossómica que mais comumente se reconhece como estando associada a DI.

O aparecimento da T21, segundo Le Gall (1995) pode acontecer no momento da fecundação, durante a fecundação ou nas sucessivas e posteriores divisões celulares.

Desta forma de acordo com o momento em que ocorre o erro surgem três tipos de Trissomia: Homogénea Livre, Trissomia por Translocação ou a Trissomia em Mosaico.

Existem uma série de problemas médicos associados à condição de SD. Podendo estar presentes alterações orgânicas e sistémicas que se reflectem em problemas cardíacos, gastrointestinais, otorrinolaringológicos, visuais,

respiratórios, endócrinos, hematológicos, imunológicos, dermatológicos, neurológicos, ortopédicos e músculo-esqueléticos entre outros. Todas estas características interferem de maneira negativa no desenvolvimento harmonioso da criança portadora de SD Burns & Gunn (cit. por Oliveira, 2006,p. 43).

As pessoas com SD são facilmente identificados pelos vários traços que os distinguem, fisicamente este síndrome caracteriza-se pelo achatamento da parte posterior da cabeça (braquicefalia) e pelas fontanelas frequentemente maiores, levando mais tempo a fechar. A face também tem contornos achatados principalmente devido aos ossos e músculos faciais subdesenvolvidos e ao nariz pequeno. Normalmente a ponte nasal está deprimida e a abertura nasal é estreita. O cabelo é liso e fino, os olhos caracteristicamente estreitos, com pálpebras oblíquas em linha ascendente e os cantos marcados por dobras epicantais (nos cantos internos, semelhantes aos orientais), o rosto é redondo e o pescoço curto e grosso. Boca é pequena, o palato estreito e alto e a dentição atrasada, podendo ser irregular (Tecklin, 2002). Apresentando ainda uma estrutura reduzida relativamente aos pares da mesma idade.

De acordo com Escribá (2002), as alterações cerebrais existentes nas crianças com SD reflectem-se no seu desenvolvimento.

Efectivamente os primeiros passos das crianças com SD nas diversas áreas de crescimento distinguem-se das outras, como refere Troncoso (cit. por Oliveira, 2006, p. 50) “à medida que os meses e os anos passam, a criança vai progredindo em todas as áreas, mas de uma forma mais lenta, ou seja, o desenvolvimento emerge mais tardiamente relativamente a outras crianças da mesma idade e numa sequência atípica, pelo que inevitavelmente o quociente de desenvolvimento e, posteriormente, o QI vão diminuindo ”.

Devido a todas estas características já mencionadas, o desenvolvimento psicomotor da criança com SD é mais lento, pois encontram-se comprometidas ao nível do desenvolvimento cognitivo e motor.

À inactividade característica desta população, advêm os problemas de hipotonia que subjugados dão origem a uma população com diversos

problemas de obesidade, aumentando os riscos de contrair maiores problemas de saúde.

Para melhor compreender a criança com SD é indispensável ter presente alguns aspectos gerais da DM, destacados no ponto anterior, pois as pessoas com esta Síndrome apresentam um baixam desenvolvimento cognitivo.

A incidência da T21 é de 1 para aproximadamente 700 nascimentos e cerca de 85% dos casos ocorrem em mães com menos de 35 anos de idade. Com o avançar da idade da mãe, aumenta a probabilidade do recém-nascido ser portador de T21 (Morato, 1995).

A evolução da medicina genética ao longo dos últimos anos, permitiu que a realização do diagnóstico pré-natal possibilite a identificação desta síndrome. A identificação precoce da alteração genética poderá ser compensada após o parto, aquando da intervenção precoce nestes indivíduos, possibilitando desta forma um desenvolvimento mais harmonioso, aumentando substancialmente a sua qualidade de vida (Fonseca, 1997).

1.1.3) Deficiência Visual

De acordo com Amorim (2006, p. 9) “desde o contacto com a vida, acompanhando todo o desenvolvimento, relacionamento familiar, integração social, até à sua emancipação profissional, o homem utiliza a visão como um dos principais sentidos.”

As pessoas com Deficiência Visual (DV) são um grupo muito diverso na sociedade: são magros e gordos, altos e baixo; bem-dispostos e mal dispostos; têm todas as características encontradas em qualquer grupo de pessoas (Freitas 2000, p. 3).

A DV divide-se em dois grupos: cegueira e amblíopia.

A cegueira pode ser subdividida em cegueira absoluta, cegueira prática e cegueira legal. Por outro lado a amblíopia, distingue-se em grande amblíopia e pequena amblíopia.

Segundo A. & J. Passebecq (1989, p. 52) a cegueira é a incapacidade de ver, parcial ou completa. Este sinal é o sintoma característico.

A causa imediata reside nas modificações de estrutura: cristalino, a retina ou outras partes são afectadas, e a atrofia ou a destruição no nervo óptico torna-se impossível. A catarata, a destruição da córnea, a atrofia ou destruição do nervo óptico, o glaucoma, um tumor, os estados patológicos do cérebro estão frequentemente implicados. Estes estados dependem de causas geralmente patológicas no organismo.

A cegueira temporária pode então ser observada quando há choques, traumatismos, estados histéricos, nevrite óptica, etc., mas é então facilmente curável.

Segundo a OMS, a DV engloba duas grandes categorias: a Cegueira e a ambliopia, diferenciadas em função dos critérios "acuidade visual" (do melhor olho após correcção) e "campo visual".

Podemos considerar uma pessoa cega como sendo aquela que não possui potencial visual mas que pode, por vezes, ter uma percepção da luminosidade.

Do ponto de vista do desenvolvimento da pessoa com DV, a Cegueira pode ser de três tipos: congénita (se surge dos 0 ao 1 ano de idade), precoce (se surge entre o 1º e o 3º ano de idade) ou adquirida (se surge após os 3 anos de idade).

A Cegueira congénita caracteriza-se pela ausência do conceito visual, dada a ausência ou pouco referencial visual (imagem mental), a pessoa possui uma representação intelectualizada do ambiente (cores, perspectivas, volumes, relevos).

Por sua vez, a Cegueira adquirida também designada cegueira tardia ou recente, caracteriza-se pela subsistência de toda a riqueza do património visual anterior à cegueira, existe representação de um objecto ou de um ambiente por analogia.

A ambliopia, também conhecida por baixa-visão, significa uma reduzida capacidade visual (qualquer que seja a origem) e que não melhora através de correcção óptica.

Com frequência, a ambliopia atinge apenas um olho, deixando o outro intacto. Um exemplo de ambliopia funcional é o estrabismo.

Pode dizer-se que uma pessoa é amblíope a partir do momento em que se sinta incomodada em realizar visualmente uma tarefa (apreensão do espaço e deslocamentos; realização das tarefas do dia-a-dia; comunicação escrita; necessite de esforço para efectuar as tarefas inerentes a uma das três primeiras situações).

Comparativamente com as pessoas sem deficiência que adquirem hábitos sociais observando e imitando outras pessoas, os indivíduos com DV severa não têm a mesma oportunidade, uma vez que são incapazes de observar e apreender interacções sociais.

Contudo, o nível de desempenho de um indivíduo com DV dependerá da vontade inerente de se mover e do seu grau de visão. Caso não se trate de DV severa maior será a capacidade de aptidão e desempenho motor deste.

Existem uma série de consequências sofridas pelas pessoas com DV tais como: o isolamento, a restrição de movimentos, deste modo, qualquer tipo de treino e mobilidade gera uma forma de combater esta situação, incluindo a prática desportiva.

1.1.4) Deficiência Auditiva

No caso da Deficiência Auditiva (DAu) de acordo com a OMS, esta é detectada segundo o nível médio de percepção de um estímulo sonoro medido em decibéis, recorrendo-se ainda à distinção entre os níveis de audição realizada da seguinte forma: perda total de audição, DAu profunda (mais do que 91 dB), DAu muito grave (71/91 dB), DAu moderadamente grave (56/70 dB), DAu moderada (41/55dB) e DA ligeira (26/40dB). De acordo com tais distinções, a OMS formulou a designação de “surdo” reportando-se apenas aos indivíduos cuja DAu é de tal forma grave, que não podem beneficiar de nenhum aparelho protésico.

1.1.5) Paralisia Cerebral

A facilidade de movimento do nosso corpo nos diferentes gestos do quotidiano fazem-nos esquecer por vezes a fragilidade da nossa existência.

A Paralisia Cerebral (PC) resulta da lesão das partes motoras do cérebro durante o desenvolvimento fetal ou primeira infância. Pode não ser notada até ao primeiro ano de idade do bebé. Cerca de metade das crianças com PC são mentalmente atrasadas, com um QI abaixo de 70, existindo uma relação paralela entre a extensão da paralisia e a gravidade da DM.

A lesão cerebral, ao dar origem a distúrbios motores, pode também causar uma variedade de deficiências associadas: atraso mental, epilepsia, déficits auditivos e visuais, perturbações da linguagem e dificuldades perceptivo-motoras como as astereognosias, perturbações do esquema corporal e da estruturação espaço-temporal, problemas de lateralidade, apraxia ou dispraxia, dislexia e discalculia.

As classificações dos diversos tipos de PC, apresentam vários factores para o agrupamento tais como: a incidência topográfica, o tipo nosológico, a etiologia, as deficiências associadas (particularmente o nível intelectual e a capacidade de comunicação) e ainda a severidade do caso.

Os factores que provocam uma lesão cerebral precoce e não evolutiva são vários e podem localizar-se no tempo, consoante a lesão foi durante a gestação (pré-natais), durante o parto (peri-natais) ou após o nascimento (pós-natais).

As diversas formações do Sistema Nervoso Central que comandam as funções do aparelho motor podem estar lesionadas.

Como consequência disso podem-se apresentar quadros ou tipos clínicos diferentes, consoante a predominância da formação nervosa atingida (França 2000, p. 21).

Neste contexto, Rodrigues (1998) sublinha que sendo a PC uma designação genérica que inclui um conjunto de tipos nosológicos que apresentam quadros muito distintos entre si, podendo um mesmo indivíduo caracterizar-se pela combinação de dois tipos de PC e não apenas um.

Os tipos nosológicos mais comuns desta deficiência são a espasticidade, a atetose e a ataxia que a seguir descrevemos (Rodrigues, 1998):

- **Espasticidade:** é o tipo nosológico mais comum e caracteriza-se por uma lesão no córtex motor e vias piramidais. Define-se como um exagero permanente do

reflexo de estiramento, resultante de uma desordem no tônus, acompanhado geralmente de um aumento de resistência.

- **Atetose**: este tipo nosológico representa $\frac{1}{4}$ do número total de casos de PC e caracteriza-se por uma lesão ao nível dos gânglios basais do cérebro, apresentando um tônus muscular instável e flutuante, sendo o tônus postural de sustentação deficiente (não consegue manter uma posição estável). Verificam-se ainda movimentos involuntários arrítmicos e irregulares no início dos movimentos voluntários.
- **Ataxia**: apresenta uma lesão ao nível do cerebelo que origina uma alteração na coordenação dos movimentos e do controlo postural (existe uma inadequação às solicitações do meio), verificando-se uma hipotonia e uma ausência de contracção. O equilíbrio é deficiente, havendo uma descoordenação motora global que acompanha os movimentos intencionais. Existe um grande receio em perder o equilíbrio que se irá reflectir numa locomoção lenta e cuidadosa.

No contexto destes três tipos nosológicos mais comuns, poderemos ainda considerar as formas mistas.

De acordo com Lockette & al. (1994) as formas mistas de PC são comuns, sendo que, a combinação de espasticidade e atetose é a mais frequente, enquanto a combinação da ataxia com a atetose é mais rara.

O manual de classificação da *Cerebral Palsy International Sport and Recreation* (C.P.-I.S.R.A. 1997/2000) identifica cinco tipos de incidência topográfica, de acordo com a localização das regiões corporais em que a disfunção se manifesta. Nomeadamente:

- **Tetraplegia** envolvimento total do corpo, ou seja a cabeça, tronco e os quatro membros.
- **Triplegia**: envolvimento de três membros, por vezes referida como tetraplegia assimétrica.
- **Diplegia**: maior envolvimento dos membros inferiores do que os membros superiores, podendo esse envolvimento ser assimétrico.
- **Hemiplegia**: envolvimento do tronco e dos membros superior e inferior do mesmo lado.

- **Monoplegia:** envolvimento de um só membro.

De acordo com Rodrigues (1998), os casos de triplegia e a monoplegia são pouco frequentes, dado o carácter unilateral ou generalizado das lesões neurológicas que as originam, no entanto, no nosso estudo incluímos todos estes tipos de casos acima referenciados.

1.1.6) Deficiência Motora

Rodrigues (1983) define Deficiência Motora (DMt) como uma perda de capacidade afectando directamente a postura e/ou movimento, fruto de uma lesão congénita ou adquirida nas estruturas reguladoras e efectoras do movimento no Sistema Nervoso.

Esta disfunção irá afectar o indivíduo, no que diz respeito à mobilidade (coordenação motora ou fala), pode decorrer de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas e ainda de mal formação.

As causas da DMt podem ser hereditárias (doenças transmitidas por genes), Congénitas (existente no indivíduo ao nascer ou na fase intra-uterina) ou adquiridas (após o nascimento, em função de infecções, traumatismos ou intoxicações).

Os Tipos de DMt podem ser PC, malformação congénita, miopatias, amputação, lesões medulares, patologias degenerativas do sistema nervoso central, reumatismos e hemiplegia (Corredeira, R. & Gama, R., 2007, pp. 1-2).

1.2) Perspectiva Normativa do Desporto Adaptado

A prática desportiva é encarada pela sociedade como um de estilo de vida saudável orientada para a prevenção de inúmeras doenças, da saúde e do aumento da quantidade e qualidade de vida.

Este conhecimento do senso comum prende-se com o papel do Desporto na sociedade moderna, com diversas campanhas de sensibilização e com a industrialização que o Desporto tem vindo a sofrer ao longo dos últimos anos.

O Desporto contempla as transformações dos comportamentos sociais, é um espelho do movimento humano.

O Desporto para pessoas com deficiência, ganha outros contornos, da pessoa com deficiência sem lugar no mundo dos ditos “normais”, visualizamos um movimento humano que procura transformar a diferença num instrumento de revelação da pluralidade social.

Como nos diz Bento (2003, p. 20) “o desporto é um lugar de descoberta e revelação. É um caleidoscópio da diversidade. Nele descobrimos a nossa infinita dependência e que dentro de nós moram possibilidades inesgotáveis de sermos mais e melhores e que as coisas grandes são as pequenas e simples”.

A procura do reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, também no Desporto, é uma bandeira, que todos como seres sociais, deveríamos erguer, reconhecendo a sua existência, conferindo-lhes as oportunidades a que têm direito.

É através da Carta Europeia do Desporto para Todos, adoptada em 4 de Dezembro de 1986 que o Conselho da Europa, declara a urgência de proporcionar ao cidadão com deficiência, o direito a participar em todas as actividades físicas e de lazer, como afirma que estes cidadãos podem aspirar ao “desporto de elite” e têm o direito a nele participar de acordo com as suas capacidades (Parte B, n.º 5).

Parece-nos claro que o desporto, como um verdadeiro universo antropológico, não possa ser justificado por uma qualquer característica física ou sensorial, mas sim pela própria condição de ser humano (Garcia, 2000).

No nosso país encontramos alusão à prática desportiva pela pessoa com deficiência consagrado na CRP, onde todos têm direito à cultura física e ao desporto, incumbindo ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto (artigo 79.º, n.ºs 1 e 2)”, sendo a promoção da cultura física e desportiva um dos modos de realização do direito à protecção da saúde, que a todos assiste (artigo 64.º, n.ºs

1 e 2, alínea *b*)) e um dos vectores da política de juventude (artigo 70.º, n.º 1, alínea *d*)).

Destes princípios e normas constitucionais ressalta que a generalização da prática desportiva se apresenta como valor constitucional, quer em si mesma considerada, quer conjugada com outros valores, entre os quais, para além dos prosseguidos pelos já referidos direito à saúde e política de juventude, não pode deixar de relevar o que domina a política de prevenção, tratamento, reabilitação e integração das pessoas com deficiência, que ao Estado incumbe realizar (artigo 71.º, n.º 1).

Ao lado do papel preventivo, reabilitador e integrador que a actividade desportiva desempenha para os cidadãos com deficiência, tem-se vindo a afirmar, com crescentes intensidade e universalidade, o direito desses cidadãos à prática desportiva de alta competição.

No mesmo sentido, a Carta Internacional de Educação Física e do Desporto, adoptada pela Conferência Geral da UNESCO em 21 de Novembro de 1978 (artigos 1.º, n.ºs 1.1 e 1.3, e 3.º), a Carta Europeia do Desporto, adoptada pelo Conselho da Europa, em 24 de Setembro de 1992 (artigo 4.º), e, ainda no âmbito do Conselho da Europa, a Resolução (75/2) relativa à intervenção dos poderes públicos no que respeita ao desenvolvimento do desporto para todos, a Resolução (81/5) sobre o Desporto para os cidadãos com deficiência, a Resolução (84/7) sobre o desporto para os cidadãos com deficiência e outros grupos de pessoas de saúde deficiente, e a Recomendação (99/9) sobre o papel do desporto na promoção da coesão social.

O que tudo se compagina com a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto), que destaca o contributo do Desporto para o desenvolvimento da capacidade de integração social desses cidadãos e determina que a política do desporto crie condições para a participação de pessoas com deficiência (artigo 28.º), nomeadamente a criação de estruturas adequadas.

A Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (LBAFD), define

relativamente a esta temática no seu artigo 29º, os direitos da pessoa com deficiência à prática desportiva, incumbindo ao Estado, Regiões autónomas e autarquias locais o fomento da prática.

Este propósito de generalização da actividade desportiva, constitucional e legalmente afirmada, é o único fundamento jurídico relevante na apreciação da constitucionalidade das normas questionadas, como razão substancial da medida de apoio aos atletas de alta competição que obtêm resultados de excelência.

Afirma-o claramente a LBAFD e o diploma que se ocupa da regulamentação das medidas de apoio à prática desportiva de alta competição.

Por outro lado, adita-se, *“o desenvolvimento da sociedade não pode ignorar a actividade desportiva que é cada vez mais um factor cultural indispensável na formação da pessoa humana”* e *“daí que a prática desportiva de alto rendimento deva ser objecto de medidas de apoio específico, em virtude das particulares exigências de preparação dos respectivos praticantes”*.

Com o objectivo de proibir e punir a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde surge a Lei nº 46/2006 de 28 de Agosto.

A presente Lei tem por objectivo prevenir e proibir a discriminação, directa ou indirecta, em razão da deficiência, sob todas as suas formas, e sancionar a prática de actos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais, culturais ou outros, por quaisquer pessoas, em razão de uma qualquer deficiência.

Sendo, discriminação directa a que ocorre sempre que uma pessoa com deficiência seja objecto de um tratamento menos favorável que aquele que é, tenha sido ou venha a ser dado a outra pessoa em situação comparável.

Discriminação indirecta a que ocorre sempre que uma disposição, critério ou prática aparentemente neutra seja susceptível de colocar pessoas com deficiência numa posição de desvantagem comparativamente com outras pessoas, a não ser que essa disposição, critério ou prática seja objectivamente

justificado por um fim legítimo e que os meios utilizados para o alcançar sejam adequados e necessários.

1.3) Desporto enquanto Promotor de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência

A socialização através do desporto, segundo Silva e Weinberg (citado por Fernandes 1999, p. 63) aborda os produtos da participação desportiva, ou seja, refere-se às mais gerais atitudes, valores, competências e disposições que podem ser ou não adquiridas enquanto se desempenham papéis desportivos.

O desporto moderno surgiu como uma emanção e expressão fidedignas dos princípios da sociedade industrial.

A promoção da saúde, a melhoria da qualidade de vida, o poder preventivo e terapêutico e o potencial de inclusão social são factores de sucesso na prática de actividade desportiva (Bento, 2007).

O desporto para pessoas com deficiência, ao surgir após a Segunda Grande Guerra Mundial do Século XX, é considerado uma área relativamente recente.

Ludwing Guttman foi o impulsionador do conceito de Desporto como motor de tratamento e integração, é pois no ano de 1944 que nasce o desporto para pessoas com deficiência, ao ser estudado e aplicado o gesto desportivo como meio de reabilitação dos traumatizados vertebromedulares, no hospital *Stoke Mandeville* (Inglaterra).

O Desporto Adaptado (DA) consiste em experiências desportivas que foram modificadas ou especialmente designadas para irem ao encontro das necessidades especiais de um grupo de indivíduos.

No âmbito do DA existem desportos que incluem pessoas com deficiência com pessoas normais e desportos apenas para pessoas com deficiência (Winnick, 1990).

Existem modalidades específicas (Boccia, Goalball) que foram modificadas ou adaptadas de modo a incluírem pessoas com deficiência (ténis em cadeira

de rodas, voleibol sentado) e modalidades que requerem pouca ou nenhuma modificação para incluir pessoas com deficiência, como é o caso do atletismo (DePauw e Gavron, 1995).

Contudo Winnick (1990) afirma que o DA tanto pode ter características integrativas (onde as pessoas com deficiência interagem com as pessoas normais) como características segregadoras (que apenas incluem pessoas com deficiência).

O Desporto praticado por pessoas com deficiência é Desporto.

Desporto na sua essência, com todas as suas dimensões, onde a natureza das suas formas de participação são ajustadas às características dos indivíduos, tendo em vista o seu desempenho.

A necessidade de promover modalidades que permitissem às pessoas com deficiência a sua execução, de acordo com as suas características e limitações, resultou no aparecimento de modalidades de cariz segregativo.

Alguns exemplos desta realidade são modalidades como o Goalball, Boccia, Voleibol sentado.

É questionável o valor da integração das pessoas com deficiência, através da prática destes desportos, pois o factor social não assume um papel preponderante como as modalidades integrantes, no entanto as vantagens físicas e psicológicas que advêm da sua prática são inúmeras.

O facto de pessoas sem deficiência e com deficiência competirem em conjunto, praticarem a mesma modalidade é imperativamente um meio promotor de socialização directo, permitem o contacto e a troca de experiências fomentando a integração social.

O desporto para todos enfatiza que “os praticantes são hoje os homens e mulheres na pluralidade e diversidade dos seus estados de desenvolvimento; são por isso, crianças, jovens, adultos e idosos, maridos e esposas, pais e mães, avós e avôs, solteiros, casados e divorciados, saudáveis e doentes, normais e deficientes (Bento, 1993).

A competição nesta população resulta do reconhecimento do valor psicológico, físico, social e moral que o desporto contém.

O desporto contribui para melhorar os padrões normais do movimento, desenvolvendo a autonomia motora, de modo a que o desenvolvimento tenha sucesso perante si mesmo o que, juntamente com vivências de situações de sucesso, aumenta a sua confiança, autodomínio e capacidade de iniciativa.

A pessoa com deficiência através do Desporto descobre os seus limites e potencialidades, ultrapassa algumas barreiras impostas pela sociedade, relaciona-se e troca experiências com os outros.

Assim, as suas limitações e habilidades são postas à prova para o encorajar e para que alcance os seus limites, valorizando as suas acções.

No Desporto, o indivíduo desenvolve a sua auto-confiança, autonomia e liberdade (Silva, 1998). O Desporto é um meio privilegiado para retirar a pessoa com deficiência da inactividade que lhe está conferida, pela falta de apoios e meios da sociedade.

Para além dos diversos benefícios comprovados, como fisiológicos, terapêuticos, realmente o aspecto social ganha uma enorme importância, pois desta forma o indivíduo sai de casa, ajudando a combater o isolamento, bem como a limitação dos espaços e dos contactos, ampliar o raio de acção e a aumentar a confiança nas deslocações, melhorar a auto-confiança e a autonomia, promovendo alterações de comportamento (Cunha, 2006).

É ainda indiscutível que o Desporto tem sido, talvez, o meio mais importante para a sensibilização e integração da pessoa com deficiência na sociedade. As manifestações desportivas promovem a interacção da população com os seus actores, sensibilizando a população para o DA, tanto para os praticantes como para o público (Moura e Castro, 1996).

O Desporto e a actividade física melhoram portanto o equilíbrio psicológico do deficiente e ajudam-no a relacionar-se com o mundo exterior, promovendo o desenvolvimento de mais actividades mentais e éticas, essenciais no seu desenvolvimento (Cunha, 2006).

No dizer de Bento (1991) o subsistema Desporto é uma das componentes da organização social mais dinâmica. Até tempos relativamente recentes o seu lugar na organização parecia complementar e os indivíduos nele envolvidos

eram uma minoria oriunda de classes dominantes. A sua valorização social e cultural atingiu nos últimos anos uma dimensão anteriormente inimaginável.

Segundo Constantino (2006, p. 33) uma política desportiva para pessoas com deficiência deve assentar numa acção transversal a ser concretizada pelos diferentes intervenientes sociais e que permita harmonizar e simplificar a acção concreta desde a iniciativa privada e social até à intervenção pública do estado.

Irrompe a preocupação da prática desportiva para todos, num modelo onde a competição assume o papel primordial, em que apenas alguns podem fazer parte, a pessoas com deficiência, uma vez mais lidam com a dificuldade de inclusão.

Falar de inclusão através do Desporto perde todo o seu sentido, se nos cingirmos à procura incessante de resultados, diminuindo o espectro de sucesso e competências, numa sociedade onde o ser é transformado em máquina, onde a pessoa com deficiência não tem lugar, pois as suas dificuldades eliminam as possibilidades de participação.

Neste sentido, de acordo com Constantino (2006, p. 32) “a adopção de modelos de desenvolvimento desportivo centrados prioritariamente na dimensão competitiva do Desporto corre o sério risco de acentuar novas formas de discriminação. Ao acolherem-se os melhores numa lógica selectiva, rejeita-se a grande maioria, porventura os mais necessitados de usufruírem de uma prática desportiva sistemática.”

Assim, surge a necessidade de criar e regulamentar o Desporto para pessoas com deficiência permitindo desta forma a participação de um maior número de cidadãos, permitindo-lhes usufruir de um direito que lhes está consagrado.

O objecto de estudo da presente investigação é o projecto de NA “Uma Braçada à Frente”, desenvolvido no concelho de St^a M^a da Feira. De acordo com os autores supracitados analisaremos em que sentido a NA da FeiraViva Empresa Municipal (FVEM) cumpre com o paradigma da inclusão social

através do Desporto, não eliminando os seus autores, permitindo um maior acesso dos mesmos.

1.4) Evolução Histórica do Desporto Adaptado

O nascimento do DA surge num contexto diferente do contexto do Desporto em geral.

O seu aparecimento encontra-se mais ligado aos efeitos biológicos e terapêuticos do exercício do que aos efeitos lúdicos e psicológicos da actividade desportiva que estiveram na origem do movimento desportivo do século XIX.

O Desporto manteve, ao longo dos tempos, uma estreita relação com a reabilitação da pessoa com deficiência (Varela, 1991, p. 55).

1.4.1) Realidade Internacional

De acordo com Winnick (1990), na sequência da II Guerra Mundial, o Desporto para as pessoas com deficiência, sofreu um primeiro impulso, aparecendo timidamente, introduzido como meio de reabilitação para indivíduos mutilados bem como para outros com lesões vértebro-medulares, no Hospital de Stoke-Mandeville, sob a responsabilidade de Sir Ludwig Guttmann.

Mauerberg-de Castro (2005, p. 439) aponta como marco fundamental o final da II Guerra Mundial para o desenvolvimento do DA de competição, admite que a falta de registos deste tipo de actividades não permite afirmar a sua existência anteriormente, no entanto aponta que o primeiro campeonato internacional ocorreu no ano de 1942 em Paris, os “Jogos do Silêncio”.

Neste sentido, poderemos então reportar o aparecimento do DA na Inglaterra, no Hospital de Stoke-Mandeville.

Num primeiro período, este Desporto era visto como algo que dizia respeito ao processo de reabilitação terapêutica, física, psicológica, social e de ocupação dos tempos livres, oferecendo assim, uma alternativa ao tédio das suas vidas, durante o internamento hospitalar (Guttmann, 1977).

A expressão do Desporto para pessoas com deficiência poderá ter surgido por volta de 1890, quando são formadas as primeiras organizações desportivas

para indivíduos com deficiência auditiva ou com a prática de actividades desportivas nas primeiras escolas de ensino especial para cegos e surdos (Varela, 1991, p. 55).

De acordo com Silva (1992, p. 13) uma das primeiras organizações desportivas para deficientes foi fundada em Berlim em 1888, *Sport Club of the Deaf*, no entanto, segundo a FPDD (Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, 1995), o Desporto para deficientes não existe, há mais de cinquenta anos, sendo por isso, uma realidade relativamente recente.

O ano de 1952 fica marcado para os Jogos de *Stoke-Mandeville*, pois a 26 de Julho tornam-se Internacionais (Anderson, 1999), dando origem segundo Varela (1991, p. 57), à criação da *International Stoke-Mandeville Games Federation - ISMGF*.

O grande sucesso do DA leva ao início do processo de “crescente dos praticantes pessoas com deficiência, com o surgimento de organizações desportivas por deficiência e por desportos, muitas delas com um peso e dinamismo assinaláveis que ainda se mantêm nos dias de hoje.”

Como nas diversas áreas da sociedade em que o sucesso é alcançado, os seguidores desse fenómeno social que é o DA, aumentaram-no nas diversas áreas assim como, difundiram-no pelo mundo, aumentando o número de participantes através do número de países envolvidos.

Em 1960 assinala-se a data que altera para sempre a realidade do Desporto internacional. Realizam-se os primeiros Jogos Paralímpicos em Roma, Itália.

Assistiu-se à participação de 23 países, cerca de 240 atletas com deficiência, iniciando-se desta forma o movimento Paralímpico, que seguiu as directrizes do movimento Olímpico, realizando-se os jogos de quatro em quatro anos.

O DA encontra-se actualmente regulamentado a nível internacional por diferentes associações de acordo com a tipologia da deficiência.

O quadro n.º 1 apresenta as organizações desportivas filiadas ao Comité Paralímpico Internacional, fazendo referência ao momento do seu aparecimento e finalidades das mesmas.

Quadro 1 - Estrutura Internacional das Organizações Desportivas Filiadas ao International Paralympic Committee

IPC <i>International Paralympic Committee</i>	CISS – <i>Comité International Sports Des Sourds</i>	Fundada a 15 de Agosto de 1924, em Paris. Dar resposta às pessoas com DAu na prática desportiva
	CP-ISRA – <i>Cerebral Palsy International Sport and Recreation</i>	Fundada em 1978 com a finalidade de proporcionar maiores oportunidades desportivas e recreativas a pessoas com PC ou com lesões cerebrais não-progressivas, congénitas ou adquiridas que provoquem disfunção motora.
	INAS-FMH – <i>International Association of Sports Federations of Mentally Handicapped</i>	Fundada em 1988 com a finalidade de organizar e dinamizar o Desporto de competição para DM.
	IBSA – <i>International Blind Sports Federation</i>	Criada em 1981, em Paris. Finalidade de promover Desporto para pessoas com DV e visuais parciais.
	ISMWSF – <i>International Stoke Mandeville Wheelchair Sports federation</i>	Criada em 1952 primeiramente com o nome de <i>ISMGF</i> , mudando para a designação actual para desta forma englobar todos os atletas em cadeiras de rodas com diferentes DM.
	ISOD – <i>International Sports Organization for the Disabled</i>	Surge após os Jogos Paralímpicos de 1976, para garantir a organização e desenvolvimento desportivo agrupando as deficiências que até à altura não se encontravam designadas nas outras federações (amputados; distrofias musculares; esclerose múltipla, nanismo; pólio)

1.4.2) Realidade Nacional

Em Portugal, o aparecimento do Desporto para pessoas com deficiência surgiu à semelhança do que se estava a passar nos outros países.

A Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e a CRP em 1975 depreenderam a responsabilidade e necessidade de promover a igualdade de tratamento aos seus cidadãos.

O movimento desportivo para pessoas com deficiência foi fundamentalmente reivindicado pelas forças armadas. A guerra Colonial originou um número elevado de pessoas com deficiência, que à semelhança do resto da Europa e América começaram a ocupar os seus tempos livres com a prática desportiva.

Em 1972 dá-se a primeira participação portuguesa nos Jogos Paralímpicos em Heindelberg, onde o Hospital de Alcoitão e o Hospital Ortopédico de Santana competem na modalidade de basquetebol em cadeira de rodas. Um ano mais tarde, os mesmos hospitais participam nos Jogos Internacionais de Stoke-Mandeville, com a mesma modalidade.

Um dos centros impulsionadores deste movimento que viria a alterar a história do DA no nosso país foi o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (FPDD, 1995).

Após o 25 de Abril passa a haver um aumento do movimento desportivo, o que levou à necessidade de se criarem condições para que os deficientes usufríssem do seu direito de prática desportiva (FPDD, 1995, Silva, 1992, p. 42).

Surge então, em 1977, na Direcção Geral de Desportos, um sector vocacionado para o Desporto para deficientes. Dois anos mais tarde, dão-se os primeiros passos para a criação da FPDD, posteriormente constituída legalmente, no ano de 1988.

Actualmente no nosso país, o DA é da responsabilidade da FPDD.

A FPDD é uma Federação Multidesportiva, pessoa colectiva de direito privado, dotada de Utilidade Pública Desportiva, constituída sob a forma de Associação sem fins lucrativos que prossegue a nível nacional o

desenvolvimento da prática cumulativa de diversas modalidades desportivas no âmbito do Desporto para as pessoas com deficiência, em articulação e no respeito pelas Associações Nacionais por área de deficiência suas filiadas (Artigo 2º, Estatutos da FPDD).

A sua missão:

- Promover, regulamentar e dirigir a nível nacional a prática de modalidades desportivas para as pessoas com deficiência;
- Estimular a constituição e apoiar o funcionamento de associações por áreas de deficiência com fins desportivos;
- Prevenir, reabilitar, integrar e apoiar a participação social das pessoas com deficiência;
- Organizar, coordenar e dirigir a realização das provas oficiais nacionais e internacionais e fiscalizar todas as restantes efectuadas no território nacional;
- Promover a coordenação entre as Associações Nacionais para a selecção, preparação e acompanhamento da representação do País em provas do calendário internacional e em especial nos Jogos paralímpicos;
- Gerir os recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros postos à sua disposição;
- Apoiar as Associações Nacionais filiadas na formação adequada a praticantes, técnicos, e outros agentes;
- Propor junto das entidades oficiais e privadas, medidas que visem satisfazer as carências existentes na prática do Desporto para as pessoas com deficiência;
- Celebrar acordos e contratos com entidades públicas e privadas em ordem à satisfação dos seus objectivos.

As Associações Nacionais indo ao encontro da nomenclatura das Organizações Internacionais, dividem-se no âmbito da deficiência procurando desta forma responder às necessidades.

A ACAPO: (Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal); ANDDEM (Associação Nacional de Desporto para Deficiência Mental³); ANDDEMOT (Associação Nacional de Desporto para Deficiência Motora); Liga Portuguesa de Desporto para Surdos e PCAND (Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto).

Abarcando a heterogeneidade de cada deficiência, mas permitindo desta forma uma melhor resposta às necessidades da população especial, contribuindo para o desenvolvimento do DA em Portugal.

1.5) Desporto e Autarquias

1.5.1) As Autarquias enquanto promotoras do Desporto Local

Na sociedade contemporânea reside uma mentalidade cultural aberta, trazendo consigo a evolução tecnológica, a sociedade da informação e do conhecimento, sendo pautada no entanto por um eventual aumento do sedentarismo e inactividade física.

Os municípios procuram contrariar esta tendência com tentativas de vender um “município verde”, promovendo a oferta de locais de prática desportiva gratuita, com espaços de lazer adequados às necessidades dos seus utilizadores, criando melhores condições de mobilidade e deste modo proporcionar momentos de prazer favoráveis ao combate da inércia característica do Século XXI.

Esta necessidade de inovar numa sociedade cada vez mais exigente, obriga as autarquias a concertar estratégias e meios de intervenção, capazes de dar resposta ao fenómeno desportivo.

Na Organização do poder político em Portugal, as autarquias representam as estruturas do Poder mais próximas do quotidiano das populações, mantendo um estreito relacionamento com os seus anseios (Conceição, 2007).

³ A alteração da terminologia pela AAMR no referente à DM, altera a denominação da ANDDEM tornando-se ANDDI (Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual) em Novembro de 2007.

O Desenvolvimento Desportivo (DD) a nível autárquico, tem vindo a prosperar à escala nacional ao longo dos últimos anos.

Prova disso é a criação do conceito de locais verdes, de espaços lúdicos de livre acesso, que permitam ao público em geral a sua utilização gratuita.

Constantino (2006) faz uma breve análise do percurso do sistema desportivo autárquico onde afirma que ocorreu uma alteração significativa da presença do poder local no âmbito do apoio ao Desporto e que o mesmo ajudou a transformar o país desportivo, onde aponta como principal impulsionador a intervenção das autarquias locais.

A intervenção autárquica que ajuda à promoção de um país desportivo pode ser provada por diferentes indicadores parecendo-nos claro, que a presença dos equipamentos desportivos é sinal físico que o melhor atesta.

Neste sentido, segundo Conceição (2007, p. 15) “nas cidades, pequenas vilas e povoações do interior são uma espécie de marca do progresso. Determinam novas centralidades em matéria de equipamentos colectivos e reflectem a preocupação da parte dos políticos locais”.

Sendo o Desporto uma realidade social que atravessa as mais diferenciadas áreas da intervenção humana, as autarquias vêem-se responsabilizadas pela criação de condições que permitam às populações comportamentos fisicamente activos e um estilo de vida onde esteja incorporada uma forte componente de actividade física e desportiva, devendo ser este “o mote central das políticas desportivas locais (Constantino 2006, p. 52)”.

As autarquias assumem um papel de grande relevância como promotores da oferta desportiva de um concelho, tanto na criação de condições infra-estruturais como, mais recentemente, na prestação directa de serviços desportivos (Cálão 2003, p. 46).

Nos dias de hoje as grandes cidades acolhem eventos de grande relevância a nível desportivo, promovidos pelas autarquias direccionados para o público em geral. Prova disso são as maratonas, as animações nas praias durante a época balnear, os torneios multi-desportivo tendo em vista a participação do

público que pratica, trazendo consigo o que não menos importância tem, o que assiste.

No Município de St^a M^a da Feira realizam-se diversos eventos no âmbito desportivo, como são exemplo o 24 Horas a Nadar, torneios de duplas de voleibol, Eurozone 2004 e Worldzone 2006 (na sequência dos campeonatos europeu e mundial de futebol) entre outros, permitindo à população em geral desfrutar de uma forma diferente do fenómeno que é o Desporto.

Desta forma, a promoção das actividades desportivas promovidas pela autarquia tomam outra forma, no sentido em que não direccionam as mesmas apenas aos cidadãos do Concelho, permitindo a acesso a todo o cidadão que deseje fazer parte destas.

A política desportiva promove o desenvolvimento do próprio concelho, trazendo até si não só o público que participa, mas consigo o que assiste.

A promoção do Desporto reclama consigo o desenvolvimento do concelho cultural, económico e social, “ a política desportiva tem que se tornar um aliado estratégico fundamental no desenvolvimento do município (Conceição, 2007, p. 14) ”.

A criação de mais e melhores condições de acesso à prática desportiva, deve ser motivo de constante reflexão por parte das autarquias, tornando-se imprescindível a definição de uma política de desenvolvimento desportivo local (Conceição, 2007).

A heterogeneidade da população é um dos factores importantes na concretização das estratégias de desenvolvimento desportivo, efectivamente segundo Conceição (2007, p. 13) “uma política desportiva local deve levar em linha de conta esta diversidade, mas deve também entender que essa diversidade é mutável pelo que não se podem definir fronteiras rígidas entre as diferentes populações”.

Gallardo e Jiménez (2004) consideram três actuações como as mais importantes que correspondem à administração local:

- Promoção do Desporto entre os habitantes do município, através de três aspectos importantes: facilitando às associações, federações e centros

escolares o acesso às instalações desportivas, em horários de menor utilização; oferecer novos serviços desportivos de acordo com as necessidades dos usuários; facilitar aos colectivos pouco favorecidos o acesso à prática desportiva.

- Construção de instalações, tendo em conta as grandes mudanças dos últimos anos. A construção desportiva deve centrar-se na remodelação e criação de novas construções ajustadas ao Desporto para todos e não nas instalações tradicionais que na maioria dos casos não são eficazes.
- Alcançar a rentabilidade económica, uma vez que a administração local deve procurar a redução dos custos, através de estudos e elegendo modelos de gestão adequados ao serviço desportivo municipal.

Este último ponto é referenciado por diversos autores como sendo o mais controverso na gestão desportiva ao nível da autarquia derivado de diversos interesses, que em muitas vezes se distanciam dos objectivos traçados para a sua concretização.

Só um profundo conhecimento da realidade humana e material vão permitir às autarquias a elaboração de uma correcta política de desenvolvimento desportivo, tendo em vista a satisfação das pretensões, motivações e necessidades da população alvo.

A literatura consultada leva-nos a considerar, que persiste a crença depositada nas autarquias como grande solução para o desenvolvimento desportivo a nível nacional.

O desafio que se coloca nos próximos anos aos poderes políticos e desportivos, é a adaptação a uma dinâmica plural e o de conseguir passar de um corpo de políticas que se dirigem às necessidades colectivas de alguns, para políticas que respondam às necessidades individuais de muitos (Conceição 2007, p. 28).

Esta atitude face ao desenvolvimento desportivo (DD), não poderá omitir a diversidade dos sujeitos que deverão estar abrangidos por este.

Como surge consignado na CRP⁴ e como nos diz Carvalho (2004, pp. 121-122) “as autarquias locais são as entidades com responsabilidades na generalização e democratização da prática do Desporto a todos os munícipes, pois o Desporto é erigido a valor de interesse público a salvaguardar e concretizar e a imposição ao Estado da promoção, estímulo e orientação e apoio da prática e difusão do Desporto.”

Neste sentido, a autarquia deverá ter como missão apoiar projectos de promoção e desenvolvimento da prática desportiva para pessoas com deficiência no concelho, criando as condições mínimas de oferta e acesso, promovendo a inclusão dos mesmos.

1.5.2) Enquadramento Legal do Desporto nos Municípios

1.5.2.1) As Autarquias e a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto

Na ordem infraconstitucional⁵, podem ser destacados os princípios desta Lei que apresentam disposições que responsabilizam as autarquias locais ao nível do desenvolvimento e fomento desportivo.

Artigo 5.º, nº1º - “O estado, as regiões Autónomas e as autarquias locais articulam e compatibilizam as respectivas intervenções que se repercutem, directa ou indirectamente, no desenvolvimento da actividade física e do Desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências.

Artigo 5.º, nº2º - “...as autarquias locais promovem o desenvolvimento da actividade física e do Desporto em colaboração das instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que actuam nestas áreas”.

⁴ Constituição da República Portuguesa, 7ª Revisão, ver artigo 79.º (Cultura Física e Desporto).

⁵ Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro .

Artigo 6.º - “Incumbe às autarquias locais, a promoção e a generalização da actividade física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos (1º), e para os seus efeitos são adoptados programas que visam (2º), criar espaços públicos aptos para a actividade física (a); incentivar a integração da actividade física nos hábitos de vida quotidianos, bem como a adopção de estilos de vida activos (b) e promover a conciliação da actividade física com a vida pessoal, familiar e profissional (c)”.

Artigo 8.º - “o estado, em estrita colaboração com as autarquias locais e entidades privadas, desenvolve uma política integrada de infra-estruturas e equipamentos desportivos com base no critério de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística de sustentabilidade desportiva e económica, visando a criação de um parque desportivo diversificado e de qualidade, em coerência com a estratégia de promoção da actividade física e desportiva, nos seus vários níveis e para todos os escalões e grupos da população”.

Artigo 28.º, 2º - “As actividades desportivas escolares devem valorizar a participação e o envolvimento dos jovens, dos pais e encarregados de educação e das autarquias locais na sua organização, desenvolvimento e avaliação”.

Artigo 29.º - “Pessoas com deficiência - a actividade física e a prática desportiva por parte das pessoas com deficiência é promovida e fomentada pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais com as ajudas técnicas adequadas, adaptada às respectivas especificidades, tendo em vista a plena integração e participação sociais, em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos”.

Artigo 30.º - “Os jogos tradicionais, como parte integrante do património cultural específico de diversas regiões do país são apoiados pelas autarquias locais”.

Artigo 46.º - “As associações desportivas podem beneficiar de apoios ou comparticipações financeiras por parte das autarquias locais, assim como os eventos desportivos de interesse público (1.); os clubes desportivos participantes em participações desportivas de natureza profissional não podem beneficiar de apoios ou comparticipações financeiras por parte das autarquias locais, salvo no tocante à construção ou melhoramento das infra-estruturas desportivas de interesse público (2), ficando sujeitos a fiscalização por parte da entidade, bem como à certificação das suas contas”.

A LBAFD procura responder às transformações da sociedade, reclamando os direitos e deveres do Poder Local, na promoção da oferta desportiva a todos os cidadãos, educando a sociedade para a diversidade, promovendo a oportunidade de igualdades no âmbito desportivo.

Segundo Carvalho (2004, p. 53) “ o estado de desenvolvimento do desporto na actualidade (...), o estado de evolução e de transformação que caracteriza as sociedades hodiernas, já que o Desporto é simultaneamente, um facto social total reflexo da sua sociedade, e um produto gerador e integrador dessa mesma evolução e transformação”.

1.5.2.2) Atribuições e Competências das Autarquias Locais

A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, é o diploma que legisla o quadro de transferência de atribuições e competências dos municípios e das freguesias, no domínio dos tempos livres e Desporto (respectivamente alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º).

Este mesmo diploma estabelece no seu artigo 21.º as seguintes competências dos órgãos municipais:

- ✓ Planear, gerir e realizar investimentos públicos em instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal (alínea b) do n.º 1);
- ✓ Licenciar e fiscalizar recintos de espectáculos (alínea a) do n.º 2);

- ✓ Apoiar as actividades desportivas e recreativas de interesse municipal (alínea b) do n.º 2);
- ✓ Apoiar a construção e conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local (alínea c) do n.º2).

Na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro estabelece o regime jurídico do funcionamento e das competências dos órgãos dos municípios e das freguesias.

A presente Lei inúmera as competências relativas ao apoio a actividades desportivas, à construção, gestão, licenciamento e fiscalização de equipamentos desportivos, estando no seguimento da Lei anteriormente mencionada.

1.5.2.3) Empresas Públicas Municipais

Na fase exploratória do nosso estudo, verificamos que o projecto de NA “Uma braçada à frente”, desenvolvido no Concelho de Stª Mª da Feira, é da responsabilidade das actividades desenvolvidas pela FVEM. Perante este contexto, seguimos com a apresentação do regime jurídico do sector empresarial local.

A Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto – Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais, foi o primeiro momento em Portugal quanto à legislação das Empresas Públicas Municipais.

Recentemente foi revogada pela Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro estabelece (art.1º, 1) o regime jurídico do sector empresarial local.

No seu artigo 2º, 2º, pode ler-se “As sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas integram-se no sector empresarial da entidade que, no conjunto das participações do sector público, seja titular da maior participação”.

O artigo 3º, 1º. “menciona que as empresas municipais são sociedades constituídas nos termos da lei comercial, nas quais os municípios podem exercer, de forma directa ou indirecta, uma influência dominante na “detenção

da maioria do capital ou dos direitos de voto” (a), ou no direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de administração ou de fiscalização” (b)”.

“No que respeita à criação das empresas de âmbito municipal, bem como a decisão de aquisição de participações que confirmam influência dominante (artigo 8º, 1º), importa realçar que deveram acontecer sob proposta da câmara à assembleia municipal (a), devendo também ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e à entidade reguladora do sector (artigo 8º, 2º) ”.

“A denominação das empresas municipais é acompanhada da indicação EM (artigo 8, 6º) ”.

“As entidades empresariais locais têm autonomia administrativa, financeira e patrimonial. (artigo 35º, 1º)”.

“As Empresas Municipais têm obrigatoriamente como objecto a exploração de actividades de interesse geral, a promoção do desenvolvimento local, sendo proibida a criação de empresas de actividade de natureza exclusivamente administrativa ou de intuito predominantemente mercantil (artigo 5º, 1º), assim como empresas cujo objecto social não se insira no âmbito das atribuições da autarquia (artigo 5º, 2º)”.

“A gestão das empresas municipais deve articular-se com os objectivos prosseguidos pelas entidades públicas participantes no capital social, visando a satisfação das necessidades de interesse geral, a promoção do desenvolvimento local, assegurando a sua viabilidade económica (artigo 7º)”.

Relativamente aos seus princípios orientadores enumeraremos um conjunto de missões que nos parecem adequadas ao nosso objecto de estudo, presentes no seu artigo 19º, dedicado às empresas encarregues da gestão de serviços de interesse geral:

a) Prestar os serviços de interesse geral na circunscrição local ou regional, sem discriminação das zonas rurais e do interior;

b) Promover o acesso da generalidade dos cidadãos em condições financeiras equilibradas, a bens e serviços essenciais, procurando na medida

do possível adaptar as taxas e as contraprestações devidas às reais situações dos utilizadores, na óptica do princípio de igualdade material;

c) Cumprir obrigações específicas, relacionadas com a segurança, com a continuidade e qualidade dos serviços e com a protecção do ambiente, devendo tais obrigações ser claramente definidas, transparentes, não discriminatórias e susceptíveis de controlo.

1.6) Factores de Desenvolvimento Desportivo

“Está a emergir uma nova visão sobre o desenvolvimento. O Desenvolvimento está a tornar-se num processo centrado nas pessoas cujo último objectivo é a melhoria da condição Humana (Boutros Boutros-Gahli, cit.Pires, 2007, p. 218) ”.

Como refere Pires (2007, p. 218), o desenvolvimento não tem por objectivo satisfazer as necessidades materiais do Homem, mas sobretudo, melhorar as suas condições de vida e contribuir para as suas aspirações em geral.

Todo o desenvolvimento é fruto de uma necessidade de mudança, de progredir numa sociedade e cultura que estão em constante transformação, procurando dar resposta às necessidades do ser enquanto cidadão.

O Desporto nas suas diferentes vertentes não fica imune a estas mudanças, necessita de acompanhar, de procurar o seu próprio lugar nesta Era de mutação tendo em consideração um conjunto de factores que combinados entre si, obedecendo a uma determinada estrutura dão substância ao planeamento.

Pires (2007, p. 222) relata que o desenvolvimento desportivo é um agente impulsionador na mudança e progresso que tem por objectivo promover o seu desenvolvimento, tendo em consideração a realidade em causa, os objectivos a atingir e das políticas a prosseguir.

O autor supracitado descreve doze Factores de Desenvolvimento Desportivo (FDF): Orgânica, Actividades, Marketing, Formação, Documentação, Informação, Instalações, Apetrechamento, Quadros Humanos,

Financiamento, Normativo e Gestão aclarados de uma forma breve no quadro n.º2.

Quadro nº 2 - Factores de Desenvolvimento Desportivo

Factores de Desenvolvimento Desportivo	
Orgânica	Organismos nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais que fazem a estrutura da organização.
Actividades	Conjunto de acções motoras (formais, não formais e informais) sobre a responsabilidade institucional com objectivos próprios e dirigidos a grupos alvos específicos.
Marketing	Goza do objectivo de perspectivar a relação ou as relações do Desporto com o sistema social que visa atingir. Tem como objectivo tornar o Desporto conhecido e de prática sistemática, adequando-o às necessidades e anseios da população, utilizando para o efeito o mínimo de recursos.
Formação	Processo de transmissão/aquisição activa de conhecimentos, tendo em vista a valorização técnica e humana de forma a melhorar o desempenho dos quadros humanos intervenientes no processo desportivo. Promove de forma dinâmica e sistemática conhecimentos, provocando a sua actualização e aperfeiçoamento.
Documentação	É o conjunto da produção literária de cariz desportivo, sendo a base de sustentação teórica do trabalho no terreno.
Informação	Processo pelo qual o conteúdo de significado e interesse desportivo é transmitido e circula entre os intervenientes públicos e privados, individuais e colectivos que configuram o processo desportivo. Assume um espaço significativo de informação escrita, falada e televisionada.
Instalações	Conjunto dos meios materiais, artificiais, naturais e semi-naturais necessários ao desenvolvimento das actividades desportivas. É todo um conjunto de meios materiais, que permitem o pleno desenrolar do Desporto de acordo com a natureza da actividade.
Apetrechamento	O apetrechamento desportivo é constituído pelos equipamentos leves e pesados, individuais e colectivos necessários

	à prática desportiva.
Quadros Humanos	São os indivíduos que intervêm, animam e dão sentido ao processo de desenvolvimento do Desporto. São os sujeitos de processo desportivo. São eles os praticantes, os técnicos, os dirigentes e os espectadores.
Financiamento	O sistema financeiro é constituído pelo conjunto dos mecanismos através dos quais as organizações desportivas (clubes, associações, federações, empresas e outras entidades) satisfazem as suas necessidades de financiamento. O sistema económico determina os critérios e a maneira como aqueles recursos são aplicados nas diversas políticas a implementar.
Normativo	Conjunto das normas mais ou menos formais e das leis que enquadram, regulamentam e configuram o sistema desportivo.
Gestão	Conjunto das funções – planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar – através das quais se providenciam os meios para as organizações operarem e cumprirem a sua missão. A gestão integra um conjunto de ciências, as quais devem ser contextualizadas às diversas áreas e sectores de prática

A relação entre os FDD e a sua interdependência são fruto das necessidades desse mesmo desenvolvimento, da sociedade em que se encontra, do momento temporal e do papel do Desporto no meio social consoante as expectativas geradas em torno do mesmo.

CAPÍTULO II – Metodologia



Neste capítulo dedicado à metodologia, enumeramos os objectivos orientadores do nosso estudo, realizamos a caracterização do concelho de St^a M^a da Feira, da FVEM e do projecto de NA, partindo da perspectiva de onde se realiza, quem realiza e ainda o que se realiza.

1) Objectivos do Estudo

1.1) Objectivo Geral

- Verificar a existência de Planeamento Desportivo e respectivos programas de oferta por parte do Município de St^a M^a da Feira no que respeita às pessoas com deficiência.

1.2) Objectivos Específicos

- Identificar as ofertas de Actividades Desportivas para as pessoas com deficiência por parte do concelho de St^a M^a da Feira.
- Estudar o projecto de Natação Adaptada da FeiraViva.
- Identificar os projectos de actividade desportiva desenvolvidos pela FeiraViva Empresa Municipal.
- Caracterizar o projecto de Natação Adaptada “Uma Braçada à frente”, desenvolvido pela FeiraViva Empresa Municipal.
- Realizar a análise SWOT do projecto de Natação Adaptada da FeiraViva Empresa Municipal.

2) Caracterização do Concelho de St^a M^a da Feira

A cidade de St^a M^a da Feira, centro vital das Terras de Santa Maria, é sede de um dos concelhos mais importantes do país.

Situa -se a 30 km da cidade do Porto e a 270 km de Lisboa. É servida por um nó da A1 Porto - Lisboa assim como pela EN1 e outras de categoria similar.

O concelho de St^a M^a da Feira, com a “forma de um coração”, faz limite com os municípios de Gondomar, Castelo de Paiva, Arouca, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Ovar, Espinho e Vila Nova de Gaia.



Mapa 1 – Concelho de St^a M^a da Feira

O Concelho de St^a M^a da Feira, com 135.964 residentes, distribuídos por 215.68 km² de área geográfica, conta com um total de 218 instalações desportivas, das quais 62 (29%) são cobertas e 156 (72%) são descobertas, ocupando uma área desportiva total de 370532 m².

As Freguesias mais populosas são: St^a M^a da Feira (11.040 habitantes), Lourosa (9.204 habitantes), São João de Ver, Fiães e Argoncilhe (com mais de 8.000 habitantes).

Sendo as Freguesias menos populosas: Espargo (1.309 habitantes), Gião, Guisande, Louredo, Pigeiros, Sanfins e Vila Maior (com menos de 2.000 habitantes)

O concelho de St^a M^a da Feira tem uma área de 215,68 km², correspondendo a uma média de 7km² por freguesia.

Correspondendo às freguesias com maior área Canedo com 29,18 Km², São João de Ver com 15,4 Km², Romariz, St^a M^a da Feira e São Miguel de Souto com aproximadamente 11Km².

As que apresentam menor área são: Fornos com 3.14 Km², Gião, Mosteirô, Paços de Brandão, Santa Maria de Lamas com pouco mais de 3km²

Relativamente à Área Desportiva Útil, o Concelho tem uma área desportiva útil de 370.532 m², correspondendo a uma média de 11.953 m² por freguesia.

As maiores áreas desportivas encontram-se nas freguesias de: St^a M^a da Feira com 51.629m², Fiães com 26.958 m² e St^a M^a de Lamas com 27.772 m².

As que apresentam menor área desportiva são: Vale com 450 m² resultante de um pequeno campo de jogos não regulamentar; Espargo com 924 m² resultante de um pequeno Campo de Jogos; Travanca com 924 m² resultante de um pequeno campo de jogos.

O Rácio é um indicador que estabelece a relação entre a Área Desportiva Útil (em m²) e o número de habitantes, permitindo determinar a Área Desportiva Útil por habitantes.

Este indicador é dado por uma tabela classificativa aprovada pelo concelho da Europa e constituída por cinco níveis: nível 1 (Limite de variação - m²/ hab = 0 , inexistentes); nível 2 (Limite de variação - m²/ hab = 0.01-1.99 , Fraco) nível 3 (Limite de variação - m²/ hab = 2.00-3.99, Razoável) nível 4 (Limite de variação - m²/ hab= 4.00-7.99,Bom) nível 5 (Limite de variação - m²/ hab = >8 , Excessivo).

As freguesias que apresentam maior rácio são: Vila Maior, Guisande, Sanfins e Santa Maria de Lamas e as que apresentam menor rácio Vale, Travanca, S. Paio de Oleiros e Mozelos;

Com o nível de 2 existem 10 freguesias, com o nível 3 existem 13 freguesias e com o nível 4 existem 8 freguesias. Não existe qualquer freguesia com o nível 1 (inexistente) nem 5 (excessivo).

3) Caracterização da Feira Viva Cultura e Desporto, E.M.

Os dados relativos à caracterização da FVEM que se encontram no seguimento do nosso trabalho, foram cordialmente cedidos pela EM (Manual de acolhimento da FVEM, 2001).

Segundo Constantino (1999) a autarquia deve ser a entidade propiciadora e estimuladora do aumento da oferta de condições que permitam à generalidade dos cidadãos o acesso a formas qualificadas de prática de Desporto, aumentando os respectivos níveis de participação e frequência nas actividades desportivas.

O primeiro passo em relação à legislação das Empresas Públicas Municipais ocorreu com a publicação da Lei nº.58/98, de 18 de Agosto – Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais, que recentemente foi revogada pela Lei nº53-F/2006 de 29 de Dezembro que estabelece (art.1º,1) o regime jurídico do sector empresarial local.

A Lei nº159/99, de 14 de Setembro, diploma que legisla o quadro de transferência de atribuições e competências às Autarquias, é consignado expressamente como atribuições dos municípios e das freguesias o domínio dos tempos livres e Desporto (respectivamente alínea f) do nº1; a alínea d) do nº1 do artigo 14º).

3.1) Descrição da Empresa

A FVEM é o órgão responsável pela gestão e organização de actividades desportivas e culturais no concelho de Stª Mª da Feira.

A promoção de diversas actividades faz deste Concelho um exemplo de diversidade cultural para o país, promovendo diversas actividades com

presenças nacionais e internacionais. Percorrendo os diversos conceitos de espectáculo e animação “Festival Internacional de Cinema Jovem”, “Festival da Juventude”, “24 Horas a Nadar” entre outros, que proporcionam à cidade e seus visitantes momentos de puro prazer.

As necessidades culturais de cada país, de cada região e por sua vez de cada concelho, vão-se alterando à medida que os seus cidadãos se tornam mais exigentes e reclamam por mais e melhor cultura.

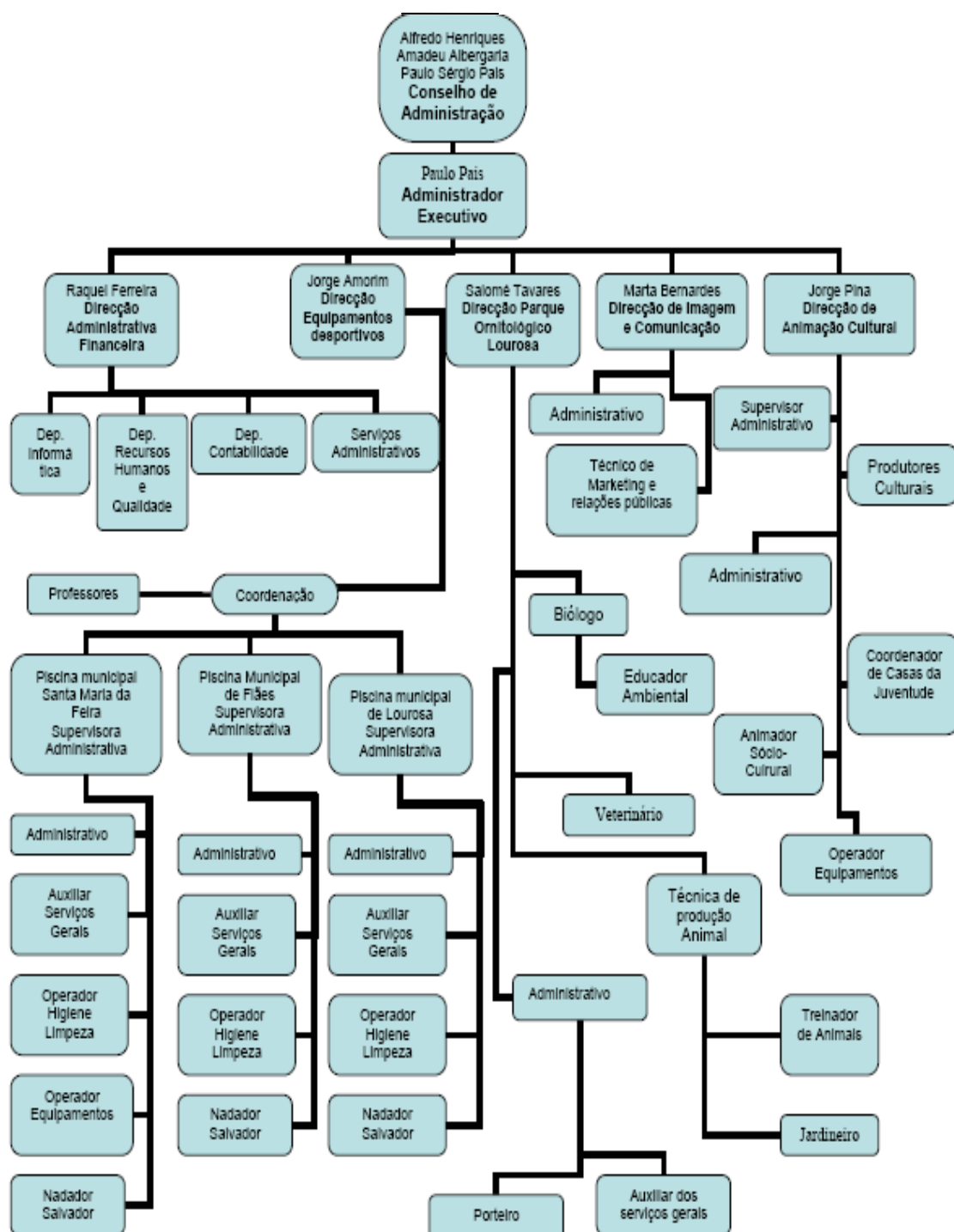
A FV é uma empresa, cujo único sócio é a Câmara Municipal (CM) de Stª Mª da Feira, que portanto detém 100% do capital social. A intervenção da CM de Stª Mª da Feira na EM, consiste na nomeação do Conselho de Administração. Os mandatos do Conselho de administração têm a mesma duração dos mandatos autárquicos.

Nesse sentido, a 24 de Novembro de 2000, por deliberação da CM de Stª Mª da Feira, foi constituída a FeiraViva, Cultura e Desporto, E.M., com início da sua actividade em Março de 2001.

A EM foi criada com o objectivo de gerir os Equipamentos Desportivos, Culturais e Sociais do Concelho de Stª Mª da Feira, nomeadamente promovendo e realizando actividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter sócio-económico e científico.

A FVEM localiza-se actualmente na periferia da cidade de Stª Mª da Feira, a sua sede localiza-se em Paços do Concelho e escritórios no Centro de Negócios do Cavaco, Rua Dr. António Martins Soares Leite, Apartado 160.

3.2) Organigrama da FeiraViva, E.M.



3.3) Áreas de Intervenção

A FVEM desenvolve as suas actividades no âmbito de gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, bem como a promoção de actividades de animação, desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter sócio-económico.

A actividade da empresa divide-se em três áreas de intervenção:

a) A área da gestão dos equipamentos desportivos, nomeadamente a gestão das piscinas de St^a M^a da Feira, de Fiães e Lourosa e ginásios adjacentes, assim como os pavilhões municipais de St^a M^a da Feira e Arrifana. Mais recentemente um complexo desportivo que comporta uma pista de atletismo na Freguesia de Lourosa. É pois nesta área que se encontra enquadrado o nosso objecto de estudo referente à realização do projecto NA nas piscinas de St^a M^a da Feira, as quais sofreram as devidas alterações em termos de recursos materiais e humanos, assim como acessibilidades e horários de funcionamento ao público em geral.

b) A área de animação e eventos culturais, onde se insere a gestão das Casas da juventude e do Cine-teatro.

c) A área da Educação Ambiental com a gestão do Parque Ornitológico de Lourosa.

3.4) Área de Intervenção no Âmbito Desportivo

O nosso trabalho incidirá na área de intervenção desportiva da EM, exclusivamente no projecto de NA.

Realizaremos a descrição dos equipamentos desportivos do património da empresa onde se desenvolve o projecto.

3.5) Gestão da Qualidade

Como nos diz Gustavo Pires (2003, p. 27) “a formação é o processo de transmissão/aquisição activa de conhecimentos tendo em vista a

valorização técnica e humana, de forma a melhorar o desempenho dos quadros humanos intervenientes no processo desportivo”.

Perseguindo esta dinâmica, a empresa tem como âmbito a certificação de todas as actividades associadas aos equipamentos desportivos, nomeadamente as Piscinas Municipais do Concelho de St^a M^a da Feira, ao Parque Ornitológico de Lourosa e aos seus órgãos de apoio a estas actividades (sede).

Esta política pretende evidenciar o comprometimento da Administração na implementação dos requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade segundo o modelo Definido nas normas NP EN ISSO 9001: 2000, adaptado à sua organização e tipo de negócio, e dirigido para a aplicação efectiva dos seguintes objectivos de qualidade:

- Garantir a obtenção da desejada melhoria contínua;
- Melhorar a satisfação de todas as partes interessadas;
- Aumentar a durabilidade e fiabilidade dos equipamentos e infra-estruturas;
- Melhorar o desempenho dos fornecedores;
- Promover o Desporto e o lazer elevando a qualidade de vida dos utentes com a geração contínua de momentos de felicidade;
- Transmitir ensinamentos direccionados para a conservação de espécies e da natureza em geral, expectativas dos visitantes e potenciais visitantes.

3.6) Estrutura de Recursos Humanos

Segundo Gustavo Pires (2003, p. 28) “os quadros humanos são os indivíduos que intervêm, animam e dão sentido ao processo de desenvolvimento do Desporto”

A FVEM conta com 73 funcionários, divididos em 4 categorias e colocados em 10 estabelecimentos (recursos humanos (RH) em 22/01/2007).

Subdivide-se em três departamentos: Equipamentos Desportivos (Piscinas Municipais e Pavilhões Municipais), Animação Cultural (Viagem Medieval, Imaginarius, Cine-teatro António Lamoso; Casas da Juventude) e Educação Ambiental (Parque Ornitológico de Lourosa).

3.7) Relação Estatística de idades, habilitações e tipo de contrato

No que diz respeito às idades, a média de idades dos funcionários é de 35 anos, sendo a maioria do sexo feminino.

O nível de habilitações literárias ao nível do ensino superior tem um valor bastante significativo em relação aos restantes (37%), uma vez que a empresa privilegia o recrutamento de pessoal técnico.

O tipo de contratação divide-se em funcionários a termo certo (12%) e funcionários a termo incerto (88%), sendo estes últimos os que pertencem aos quadros da empresa.

4) Caracterização do Projecto de Natação Adaptada da FeiraViva

O presente projecto de NA, emerge da vontade e necessidade de dar à população com necessidades especiais as condições de prática desportiva a que têm pleno direito.

Segundo os dados do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, o concelho de St^a M^a da Feira apresenta um número de indivíduos com deficiência que ascende a 4,6% da população residente.

O projecto não se restringe apenas à população do concelho, visa dar resposta e oportunidade aos interessados para a sua prática, sendo um dos objectivos primordiais atingir a excelência, trabalhando para atingir um nível máximo de eficácia desportiva, exigindo de todos os seus atletas dedicação, ambição e capacidade de superação, para que desta forma desfrutem das emoções emanadas do Desporto e da vida nos patamares mais elevados da competição, designadamente Campeonatos do Mundo e Jogos Paralímpicos.

O projecto foi difundido através do jornal local “ Terras da Feira”, a 13 de Setembro de 2007.

A notícia dava a conhecer ao público em geral, o novo projecto da EM, os seus objectivos assim como a população a quem se destina:

“ No próximo sábado, dia 15, das 17h00 às 19h00, arrancam os treinos de captação na piscina de Stª Mª da Feira. Os treinos estão abertos aos cidadãos com deficiência nas vertentes de aprendizagem, pré-competição e competição.”

Deste modo, iniciou-se juntamente com directores, dirigentes e atletas a NA em terras de Stª Mª.

A realização de grupos de trabalho bem definidos é fundamental para o sucesso de qualquer área.

Assim, foram definidos prontamente dois níveis de actividade, a pré-competição (1 a 2 treinos semanais) e a competição (3 a 4 treinos semanais).

No entanto, a diversidade e heterogeneidade desta população abarcou consigo a necessidade de alterar o que à partida parecia estabelecido pela FVEM como metas a atingir.

Neste sentido, criaram-se quatro níveis de trabalho (hidroterapia, adaptação ao meio-aquático, competição e a alta-competição) traçando os seus objectivos, metodologias e meios, de acordo com as necessidades e valências dos seus atletas.

As actividades decorrem nas piscinas Municipais de Stª Mª da Feira e piscina de S. João de Ver.

Está previsto a utilização dos ginásios Municipais de Stª Mª da Feira e Lourosa, numa fase mais avançada do projecto, sendo apenas nesta fase a adaptação ao meio-aquático como princípio orientador do trabalho com atletas.

4.1) Piscina Municipal da Feira

Características:

Dois tanques cobertos, um semi-olímpico com as dimensões de 25.0metros x 12.5metros, constituída por 6 pistas com a profundidade 1.80metros (máxima) e 1.10metros (mínima). De aprendizagem com as

dimensões de 12.5 x 6.0 metros e com a profundidade de 1.10metros (máxima) e 0.80metros (mínima), equipada com rampa de acesso e cadeira hidráulica para a população especial. Os atletas do nível 1 e 2 treinam aos sábados das 16:30h às 17:30h, os do nível 3 das 17e30h às 19h e os do nível 4 das 17h às 19h.

4.2.) Piscina de São João de Ver

Características:

Piscina descoberta de Verão, com cobertura insuflável de Inverno. Semi-olímpica com as dimensões de 25 x 12.5 metros, constituída por 7 pistas, com a profundidade de 2metros (máxima) e 1metro (mínima). Os treinos realizam-se às segundas e quartas-feiras para os atletas do nível 4 das 18e30h às 20h.

A concepção do projecto levou à necessidade de ajustar as instalações da piscina às necessidades desta população, permitindo desta forma a sua utilização.

Intervenções necessárias a realizar na piscina:

- Marcar estacionamento, designadamente lugares para pessoas com deficiência;
- Aumentar a rampa de entrada;
- Retirar arcos de madeira das portas de acesso aos balneários;
- Substituir molas das portas de vai e vem;
- Colocação de dois bancos em cada zona de chuveiros;
- Colocação de saboneteiras;
- Cortar muretes de acesso aos chuveiros;
- Colocação de barões nas casas de banho;
- Colocação de porta dupla no acesso ao cais e rampa;

Segundo Goddman o Desporto aparece como uma escrita no corpo, como um “modo de fazer mundos” corporais (citado por Cunha e Silva, 2007).

O impacto do Desporto na sociedade contemporânea é inquestionável, não só a procura de um ideal de corpo perfeito, assim como, a constante luta pela superação, enaltecendo a pessoa como ser social.

A Campeã do Mundo de Triatlo, Vanessa Fernandes beneficia de um protocolo com a FVEM, desde 2004, treinando desde então nas piscinas municipais, sendo escolhida como madrinha para este projecto um exemplo de perseverança e esperança para estes atletas.

Procurou-se a identificação de um Média Partner, possibilitando a divulgação do projecto numa fase inicial, servindo numa segunda fase como veículo propulsor e privilegiado de informação da evolução do projecto a toda a população, funcionando como estímulo para os atletas e maximização do retorno dos Sponsors.

Nesta procura, estabeleceram-se os direitos e deveres da responsabilidade do Sponsor:

Direitos:

- Utilizar a imagem do projecto para potenciar a vertente da responsabilidade social da empresa;
- Receber todas as informações relativas ao projecto em permanência;
- Colocação do logótipo nas toucas dos atletas.

Deveres

- Assegurar em contínuo informação a toda a população sobre o projecto;
- Inserir trimestralmente uma página de publicidade a cores, no sentido de reforçar o retorno do master sponsor do projecto;

4.3) Caracterização dos Atletas:

Os atletas do projecto encontram-se divididos por níveis de competências, o grupo é constituído por 44 elementos, sendo 31 do sexo masculino e 13 do sexo feminino.

Os dados relativos aos atletas foram recolhidos em 11-01-2008, encontrando-se mais detalhadamente em Anexo no presente trabalho (anexo 1).

- **Nível 1:** Sexo: 7 Masculino; 4 Feminino; Tipo de Deficiência: 4DM; 5PC; 1DI; 1 sem informação.
- **Nível 2:** Sexo: 10 Masculino; 3 Feminino; Tipo de Deficiência: 8motora; 2 DI; 2 DM; 1 SD; 2 sem informação.
- **Nível 3:** Sexo: 3 Masculino; 2 Feminino; Tipo de Deficiência: 2 DI; 2DM; 1PC.
- **Nível 4:** Sexo: 11 Masculino; 4 Feminino; Tipo de Deficiência: 1 DV; 3 SD; 2DI; 2 DM; 7PC.

5) O Projecto da FeiraViva e os seus Factores de Desenvolvimento

O Desenvolvimento é o produto da melhoria das condições de vida experimentadas ao longo dos tempos, aproximando-se no tempo à escala global mas afastando-se em relação ao espaço.

O Desporto é parte integrante do desenvolvimento global, é pois um indicador de desenvolvimento e de qualidade de vida das populações e comunidades humanas.

De acordo com Guerreiro (2000, p. 9) o DD “a nível das autarquias, supõe um constante ajuste entre a procura e a oferta”. Deste modo, o Poder local é responsável por harmonizar os meios necessários para a sua concretização, possibilitando à população com deficiência gozar dos seus direitos.

O desenvolvimento de uma cultura de igualdade pela diversidade, traz consigo a necessidade de responder às exigências reais do meio.

Deste modo, a FVEM, na criação do Projecto “Uma Braçada à Frente” procura dar resposta a uma sociedade mais justa, orientando-se de acordo com os princípios constitucionais, direito ao Desporto para todos.

6) Instrumentos de Recolha de dados

Utilizamos no conjunto de instrumentos de recolha de dados, a observação directa e elaboramos o guião de entrevistas, direccionados de maneira específica aos diferentes sujeitos abordados.

À procura de resposta à nossa pergunta de partida ou objecto de estudo, procuramos junto das entidades promotoras do Desporto no Concelho a sua concepção ao nível documental sobre a oferta de Desporto para a população com deficiência.

Das informações contidas no documento a que tivemos acesso, projecto de NA “Uma braçada à frente”, colocaram-se algumas dúvidas concernentes à realização concreta das actividades, daí a necessidade de ouvirmos as pessoas específicas da intervenção nestas acções.

A selecção dos sujeitos foi orientada pelas actividades executadas pela FVEM direccionadas ao DA.

Com isso, optamos pela presença de um sujeito da dimensão política, por isso a escolha do Vereador do Pelouro do Desporto e Cultura.

Além disso, no que consta à execução das actividades da EM, reportamo-nos ao Director Executivo da FVEM.

Ainda no que diz respeito a execução final das actividades, procuramos averiguar a concepção e entendimento da coordenação do projecto.

A recolha de informação dividiu-se em dois campos. Inicialmente, a pesquisa documental, que foi fruto do contacto com o Presidente Executivo da FVEM que nos cedeu alguns documentos impressos e outros documentos electrónicos que tivemos acesso a partir da página Web da EM.

E ainda, a pesquisa de campo, que ocorreu após o término da revisão de literatura.

A partir de então elaboramos o nosso guião de entrevista, voltado para a recolha de informações por meio de entrevistas semi-estruturadas de resposta aberta (Quivy e Campenhoudt, 1998).

Optámos pelo método de entrevista pois este caracteriza-se pelo contacto entre o investigador e os seus interlocutores, permitindo que o primeiro tenha uma acção directiva perante o segundo.

Segundo Bardin (2004) a entrevista semi-estruturada de resposta aberta, é composta por um conjunto de perguntas-guias, relativamente abertas a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos pré-estabelecidos.

As entrevistas efectuaram-se devido à pertinência da dúvida sobre as distinções entre a palavra expressa ou escrita e a materialização das mesmas em acções concretas, ou seja, perceber o oculto por trás do documento.

O tratamento da informação recolhida será feito, pela análise do conteúdo da mesma segundo as técnicas adequadas apresentadas por vários autores (Bardin, 2004; Quivy e Campenhoudt, 1998).

Um estudo de caso “ é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin 2005, p. 32) “.

Segundo o mesmo autor, “o estudo de caso não é nem uma tática para a colheita de dados nem meramente uma característica de planeamento em si mesmo. É uma estratégia de pesquisa abrangente (Yin, 2005, p. 33) “.

Neste sentido, realizaremos o estudo de caso do projecto de NA, elaborando a sua análise SWOT após a realização da análise de conteúdo segundo os as técnicas utilizadas pelos autores da área.

7) Procedimentos de Análise

Para a elaboração dos nossos guiões de entrevista elaboramos um conjunto de categorias relacionadas com cada pergunta. As categorias foram concebidas de acordo com a revisão da literatura, após a investigação exploratória onde definimos os objectivos do nosso trabalho.

Deste modo, segundo Bardin (2004, p. 112) a categorização tem como objectivo “...fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos”.

No momento de análise, realizaremos um enquadramento dos pontos de interesse comuns sobre os três sujeitos, assim como o que é específico para cada um.

Devido ao ofício de cada sujeito seleccionado, optamos por diferentes guias para cada um deles, no sentido de extrair informações condizentes com as suas actividades desenvolvidas.

Para analisar o que cada um destes sujeitos nos disse, utilizamos a técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é “ uma técnica de investigação que através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações (Berelson, citado por Bardin, 2004, p. 31) ”.

A autora supracitada defende que a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça (Bardin, 2004), pretendemos desta forma responder às dúvidas inquietantes que tentaremos resolver comparando os testemunhos dos nossos entrevistados com a literatura consultada sobre o tema.

À posteriori efectuaremos a análise *SWOT* do projecto, técnica que permite justificar o desenho do projecto identificando as suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, tentando contribuir para a discussão e melhoria dos moldes actuais do projecto.

A análise *SWOT* pretende definir as relações existentes entre os pontos fortes e fracos da organização (aspectos internos) com as oportunidades e ameaças (aspectos externos) que se verificam (Vieira, 2006, p. 11).

Caracteriza-se pelo seu âmbito investigatório de realizar o diagnóstico estratégico do seu objecto de estudo.

Estes pontos serão posteriormente analisados aquando da discussão dos resultados do nosso estudo.

8) População do Estudo

As entrevistas foram realizadas a três intervenientes directos do Projecto de NA “Uma Braçada à Frente”.

Nomeadamente, ao Dr. Amadeu Albergaria, membro do Conselho de Administração da Empresa e Vereador do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Stª Mª da Feira nos Paços do Município, no gabinete do Vereador do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude a 8 de Abril de 2008 (Anexo 2);

Dr. Paulo Sérgio Pais, Administrador Executivo da FVEM nas instalações dos serviços centrais da FV – Cultura e Desporto EM a 7 de Abril de 2008 (Anexo 3).

Por fim, à Mestra Carla Cardoso, Coordenadora do grupo técnico de natação da FVEM, nas Piscinas Municipais de Stª Mª da Feira a 27 de Abril de 2008 (Anexo 4).

A efectivação das entrevistas ocorreu entre os meses de Março e Abril de 2008, foi formalizada via telefone, após a reunião com os mesmos na fase exploratória do estudo, onde tomei contacto com os responsáveis pelo projecto.

As entrevistas encontram-se transcritas na íntegra em CD, documento que se encontra presente neste trabalho.

CAPÍTULO III – Apresentação e Discussão dos Resultados



Esta parte do estudo destina-se à descrição do processo das entrevistas e conteúdo das mesmas, de acordo com as respectivas questões incluídas no Guião das três entrevistas realizadas, aos diferentes intervenientes do projecto de NA.

1) Apresentação e Discussão dos Resultados - Fase Interpretativa

Após toda a fase de recolha e análise dos dados, surge por fim lugar para a discussão dos resultados apresentados na descrição das entrevistas dos respectivos destinatários.

As questões serão agrupadas em grandes temas de acordo com cada entrevistado, debatendo o que foi expresso com o que podemos encontrar na análise da revisão da literatura.

1.1) Vereador do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude

1.1.1) Relação entre a Câmara Municipal e a FeiraViva E.M.

Ao ser questionado sobre a relação estabelecida entre a CM e a FVEM o sujeito relata-nos que:

“ [...] A EM pertence totalmente à CM, e surge pela necessidade de se operacionalizar mais facilmente um conjunto de procedimentos na área desportiva principalmente na gestão de equipamento e infra-estruturas desportivas e posteriormente na área cultural. Maior eficácia nas tarefas que anteriormente estavam restritas à CM, por isso se criou a FVEM [...].”

O entrevistado afirma que a existência da FVEM surge da necessidade de se operacionalizarem mais facilmente um conjunto de procedimentos na área desportiva, principalmente na gestão de equipamentos e infra-estruturas desportivas e posteriormente na área cultural.

A FVEM permite responder com maior eficácia às tarefas que anteriormente estavam restritas à CM daí a necessidade da sua criação.

Conceição (2007, p. 9) assume que na organização do poder político em Portugal, as autarquias representam as estruturas do Poder mais próximas do

quotidiano das populações, mantendo um estreito relacionamento com os seus anseios.

A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, é o diploma que legisla o quadro de transferência de atribuições e competências dos municípios e das freguesias, no domínio dos tempos livres e Desporto, justifica a necessidade de criação da EM na gestão das actividades desportivas.

Quanto à gestão das actividades, apoiamo-nos nos FDD defendidos por Pires (2007), sendo o conjunto das funções – planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar – através das quais se providenciam os meios para as organizações operarem e cumprirem a sua missão.

A gestão integra um conjunto de ciências, as quais devem ser contextualizadas às diversas áreas e sectores de prática.

1.1.2) Política Desportiva relativa ao Desporto Adaptado

Na tentativa de percebermos a concepção da política desportiva assente no âmbito do DA, procuramos indagar sobre a sua presença no Concelho. O Sujeito afirma que:

“ [...] A CM durante muito tempo teve um protocolo com o Clube União de Lamas, clube que no concelho tinha uma actividade maior em relação ao DA. Entretanto a secção de DA de União de Lamas por vicissitudes próprias da vida do clube terminou, sendo que o empenhamento da CM foi que todos os seus atletas e o projecto de NA em particular não terminasse. E daí que em conjunto com a FVEM tenha lançado o projecto Londres 2012, que partiu de um empenhamento conjunto entre a CM e a FVEM.

A CM apoia as poucas actividades que existem de DA no concelho de Stª Mª da Feira. E elas concentram-se em três ou quatro momentos que existem de actividades no município como o grande prémio de atletismo do União de Lamas que faz uma prova para DA, as mini-olimpíadas com uma pequena vertente paralímpicas, e neste momento o maior empenhamento da CM é obviamente com a EM é na NA.

A CM não tem propriamente recursos afectos ao DA até porque o modelo autárquico não é um modelo de gestão directa de projectos mas sim um modelo de apoio aos clubes e entidades que estão no terreno e que se dedicam à prática do DA [...].”

De acordo com o sujeito entrevistado, as actividades de DA desenvolvidas no Concelho são em reduzido número, sendo que a CM não contém recursos afectos ao DA pois a sua política desportiva passa pela gestão através da FVEM. No entanto a CM actua no sentido de as fomentar pois nota-se uma preocupação por parte da autarquia de dar continuidade ao projecto que existia no concelho.

No que se trata à oferta de DA no concelho, esta assenta-se exclusivamente sobre o projecto de NA desenvolvido pela FVEM, a qual está circunscrita pela concepção do Desporto de alto-rendimento, tal como mencionado pelo sujeito em relação às actividades desenvolvidas e suas perspectivas.

Como nos diz Conceição (2007, p. 10) “a criação de mais e melhores condições de acesso á prática desportiva, deve ser motivo de constante reflexão por parte das autarquias, tornando-se imprescindível a definição de uma política de desenvolvimento desportivo local.”

Uma política desportiva que atenda à pluralidade da população e do próprio Desporto, cuja perspectiva de alto-rendimento é apenas uma daquelas que o constitui.

1.1.3) Âmbito de Intervenção do Desporto Adaptado

Após a análise do que nos fala o Vereador a respeito da política desportiva adoptada no concelho, procuramos averiguar como esta política se articula com o DA.

O nosso destinatário afirma que:

“ [...] A primeira vertente surge do ponto de vista competitivo porque nós herdamos a filosofia do departamento de NA do União de Lamas como

Desporto competitivo, temos um objectivo desportivo e o próprio projecto é Londres 2012.

Mas um projecto destes aprende-se rapidamente que não se pode estar longe também do aspecto lúdico, aspecto de desenvolvimento pessoal da pessoa, porque nós vamos ter atletas que são aptos à competição mas alguns atletas que não estão aptos para a competição mas serão sempre na vertente de lazer e desenvolvimento das suas capacidades pessoais [...]. ”

Após analisarmos a concepção inicial do projecto, verificamos que o mesmo foi desenhado com o objectivo de atingir o alto-rendimento, já que herdou a filosofia procedente do departamento de NA do União de Lamas. No entanto, com o início do projecto este demonstra que não é possível a sua execução sem se considerar o aspecto lúdico do mesmo, pois a heterogeneidade da população atendida, obrigou o projecto a sofrer essa adaptação.

A promoção do DA é uma meta que o concelho se propôs a desenvolver dentro de uma perspectiva de igualdade de oportunidades. Na resolução desta necessidade o concelho oferece aos seus munícipes a prática de NA, desde a vertente competitiva, passando pela lúdica e encerrando na terapêutica. Pois os mesmos acreditam que um projecto deste género não se constrói sem englobar estas três vertentes.

Constantino afirma que “uma política desportiva para pessoas com deficiência deve assentar numa acção transversal a ser concretizada pelos diferentes intervenientes sociais e que permita harmonizar e simplificar a acção concreta desde a iniciativa privada e social até à intervenção pública do estado” (2006, p. 23).

O mesmo autor, refere ainda que “a adopção de modelos de desenvolvimento desportivo centrados prioritariamente na dimensão competitiva do Desporto corre o sério risco de acentuar novas formas de discriminação. Ao acolherem-se os melhores numa lógica selectiva, rejeita-se a grande maioria, porventura os mais necessitados de usufruírem de uma prática desportiva sistemática” (2006, p. 32).

Neste sentido, o autor alerta-nos para a preocupação sobre os meios de intervenção no âmbito do DA por parte das autarquias, não se devendo restringir apenas à competição pois desta forma não resolve a problemática da pouca oferta de DA, acentuando-a ainda mais.

1.1.4) Acessibilidades nas Instalações Desportivas

A presença das pessoas com deficiência nos diferentes locais de prática desportiva, só se pode concretizar quando estas encontram acessibilidades ajustadas às suas necessidades, tanto no papel de praticante como no de espectador.

Deste modo, tentamos perceber como se dá o processo no Concelho.

Interrogamos o nosso destinatário acerca disto, o qual nos responde da seguinte forma:

“ [...] Na fase inicial do projecto realizamos uma vistoria com quem sente as dificuldades no dia-a-dia, a fim de serem melhoradas todas as situações que constroem as pessoas de mobilidade condicionada.

Foi um trabalho feito em conjunto, em que nos alertaram para diversos problemas que as nossas piscinas têm, em particular a de S.João de Ver onde está sediado o Desporto de competição, essa sim, iniciando-se o projecto na piscina de St^a M^a da Feira enquanto se procedia a algumas obras de adaptação na de S.João de Ver [...].“

Inicialmente procurou-se diagnosticar quais as falhas existentes, para desta forma procurar criar todas as condições necessárias ao normal funcionamento do projecto.

De acordo com o nosso entrevistado, as alterações ocorreram somente na Piscina de S. João de Ver, devido ao facto de ser a piscina com mais anos de construção, a qual não cumpria com as designações legais actuais relativamente às acessibilidades nos espaços públicos.

A Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, Bases Gerais do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência, é o diploma que prevê o acesso das pessoas com deficiência a

todos os bens e serviços da sociedade, sendo da obrigação do poder local fazer com que se cumpram com as suas disposições.

Sendo as piscinas municipais, o local de intervenção do projecto de DA no concelho, surgiu a necessidade de se realizarem modificações estruturais no que diz respeito às condições de acessibilidade desta população aos locais da sua prática.

A fase de programação dos equipamentos desportivos supõe a utilização de conjuntos das diferentes tipologias que permitam satisfazer não apenas a diversidade das procuras desportivas, traduzindo ao nível das possibilidades de modalidades a praticar, como também a pluralidade das procuras desportivas, traduzido ao nível das diferentes maneiras de praticar uma mesma modalidade (Constantino, 1999, p. 87).

As alterações das infra-estruturas, apenas ocorreram ao nível dos locais de realização do projecto. Não ocorreram alterações ao nível de outras infra-estruturas sobre a responsabilidade da FVEM, não proporcionando a facilidade de acesso por parte desta população a novas práticas desportivas.

1.1.5) Relações Protocolares

No que diz respeito às possibilidades oferecidas pelo projecto, interessou-nos saber se existiam relações protocolares entre o projecto e outras entidades, assim como a relação estabelecida entre as mesmas.

Nosso entrevistado responde-nos da seguinte forma:

“ [...] Neste momento temos uma parceria institucional com o Hospital S. Sebastião (HSS). Estamos obviamente à procura de um parceiro privado como forma de sponsorização e as verbas municipais salvaguardam a existência do projecto [...]”

O sujeito responde que existe uma parceria com o HSS, sendo a instituição que até ao momento estabelece relação de parceria com o projecto no âmbito da prestação de apoio médico.

Devido ao pouco tempo de existência do projecto, o sujeito ainda afirma que não obtiveram um Sponsor que satisfaça as necessidades do mesmo, do ponto

de vista económico e social. Por esse motivo a autarquia continua a garantir o projecto, até que o mesmo alcance a sua sustentabilidade.

O sistema financeiro é constituído pelo conjunto dos mecanismos através dos quais as organizações desportivas (clubes, associações, federações, empresas e outras entidades) satisfazem as suas necessidades de financiamento. O sistema económico determina os critérios e a maneira como aqueles recursos são aplicados nas diversas políticas a implementar (Pires, 2007).

Desta forma, segundo o autor supracitado, o projecto tem que ir ao encontro da satisfação das suas necessidades a nível económico, de maneira responsável dentro das possibilidades que lhe competem, tal como expresso na legislação específica.

A Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto neste sentido legislava que “A gestão das empresas municipais deve articular-se com os objectivos prosseguidos pelas entidades públicas participantes no capital social, visando a satisfação das necessidades de interesse geral, a promoção do desenvolvimento local, assegurando a sua viabilidade económica (artigo 7º).” A lei que a revogou, Lei nº 53-F/2003 no seu artigo 18º afirma que “são consideradas empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse geral aquelas cujas actividades devam assegurar a universalidade e continuidade dos serviços prestados, a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, a coesão económica e social local ou regional e a protecção dos utentes, sem prejuízo da eficiência económica e do respeito dos princípios da não discriminação e da transparência”.

1.1.6) Objectivos do Município para o Desporto Adaptado

Por fim, procuramos compreender de uma maneira mais profunda os objectivos do município voltados ao DA.

O nosso entrevistado explica-nos que:

“ [...] Neste momento a preocupação é consolidar este projecto e aprendermos com este projecto.

Começamos com a natação, vamos ver como é que aprendemos, como é que consolidamos este projecto para ver se podemos avançar para outra modalidade numa primeira fase [...].”

Do ponto de vista político, a CM tenta promover oportunidades de prática desportiva a todos os seus munícipes, tendo em consideração as suas características especiais.

Numa primeira fase procura responder a essas necessidades através da implementação de uma modalidade, estruturando de forma pensada, para desta forma criar um modelo de DA que permita alargar a um maior número de modalidades e pessoas envolvidas, respondendo desta forma aos anseios da população.

De acordo com Conceição (2007, p. 13) “uma política desportiva local deve levar em linha de conta esta diversidade, mas deve também entender que essa diversidade é mutável pelo que não se podem definir fronteiras rígidas entre as diferentes populações”.

Parece-nos que o primeiro passo para o desenvolvimento de uma política desportiva relativa ao DA foi tomado, sendo que é necessário que a partir do mesmo se definam os meios e se estabeleçam as metas a atingir, para que desta forma o DA possa ganhar forma no Concelho de St^a M^a da Feira.

1.2) Administrador Executivo da FeiraViva, Cultura e Desporto E.M.

1.2.1) Competências e Funções do Administrador Executivo da Feira Viva E.M.

A identificação dos agentes envolvidos no projecto de NA parece-nos de extrema importância, para procedermos ao enquadramento da intervenção dos mesmos no desenvolvimento do DA no concelho. Neste sentido procuramos junto do nosso entrevistado perceber quais as suas competências e funções na EM que gere o DA.

“ [...] Administrador Executivo da FVEM, membro do conselho de administração.

As minhas responsabilidades são gerir de acordo com a estratégia definida pelo conselho de administração as diferentes áreas que a empresa tem, nomeadamente a gestão de equipamentos desportivos, equipamentos e eventos da área cultural.

As minhas responsabilidades são assegurar a coordenação da gestão de tudo isto, de acordo com a estratégia definida pela administração [...].”

O segundo entrevistado, Dr. Paulo Sérgio é o administrador da FVEM, sendo da sua competência a gestão das áreas de intervenção da mesma, tanto a nível cultural como desportivo, através das estratégias definidas pelo Conselho de Administração que é constituído pelo Presidente da CM, Vereador do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude e pelo mesmo.

Segundo o diagrama de Mintzberg (citado por Pires, 2007, p. 206), o presidente da FVEM dentro da organização encontra-se no vértice estratégico, onde ocorre a tendência de se centralizar o poder. De acordo com o mesmo autor, as competências deste encontram-se no campo de “ coordenar a Organização para que ela cumpra a sua vocação e missão e atinja através de uma estratégia apropriada os objectivos estratégicos.”

1.2.2) Gestão Autárquica, Modelo de Gestão da FeiraViva E.M.

Foi nossa pretensão identificar a tipologia da EM, desta forma o nosso entrevistado segundo a questão responde-nos da seguinte forma:

“ [...] A CM é dona da empresa, qualquer empresa que é fundada tem sócios, neste caso o único sócio que a FV tem é a CM que detém a empresa a 100% [...].”

A capacidade de intervenção da CM na FV, circunscreve-se à nomeação do Concelho de Administração, obviamente que ao nomear um conselho de administração, está automaticamente a definir que tipo de estratégia quer que a empresa siga, e portanto, há uma relação de bastante proximidade até porque o Presidente do Conselho de Administração é o Presidente da CM de St^a M^a da Feira.

Neste sentido, de acordo com o destinatário a CM é a entidade responsável pela gestão da EM, centralizando os seus poderes nas prerrogativas do Concelho de Administração.

1.2.3) Actividades Desportivas da FeiraViva E.M.

Procuramos identificar as actividades desportivas oferecidas pela EM aos seus munícipes. Deste modo o nosso destinatário explica que:

“ [...] As piscinas têm se vindo a afirmar como o maior pólo de desenvolvimento desportivo em termos de nível de utência do concelho, e ainda a gestão de dois pavilhões municipais que passa sobretudo por criar as condições para que esses equipamentos numa lógica de segurança, uma correcta manutenção possam ter uma perspectiva de auto-sustentabilidade, e ainda de minimização de custos, numa linha de potenciar até ao limite a utilização da capacidade instalada.

Recentemente, a gestão de um complexo que engloba uma pista de atletismo do Lourosa, que foi inaugurado no mês passado e que visa nessa vertente específica do atletismo [...].”

Tais afirmações condizem com o que se encontra na literatura, a respeito do papel das autarquias, as quais “ assumem um papel de grande relevância como promotores da oferta desportiva de um concelho, tanto na criação de condições infra-estruturais como, mais recentemente, na prestação directa de serviços desportivos (Calão, 2003, p. 46). “

Ao reflectirmos sobre o referido anteriormente, parece-nos que mesmo sendo um dos objectivos da autarquia aumentar as suas competências ao nível da promoção das actividades desportivas no concelho, o DA ainda assim assume um papel de pouca relevância nesta perspectiva de desenvolvimento desportivo.

1.2.4) Política Desportiva no âmbito do Desporto Adaptado

Após aprofundarmos o nosso conhecimento, no que diz respeito às actividades oferecidas no concelho, procuramos aprofundar na vertente de DA se estas fazem parte de um planeamento a curto, médio e longo prazo.

Ao qual o nosso entrevistado explica sucintamente:

“ [...] Sendo a FV a entidade gestora de praticamente todo o plano de água que existe no Concelho da Feira, existindo uma equipa ou projectos de competição das pessoas ditas normais, sentimos que havia uma lacuna na vertente dos deficientes. Neste sentido tendo nós as condições, os meios humanos e as condições de infra-estruturas para proporcionar isso, achamos que estava chegado o momento de fazer um projecto que proporcionasse a esses jovens e menos jovens, caso tivessem ambição e atitude para isso, atingir os mais elevados patamares na competição na vertente paralímpica.

O objectivo desde o 1º dia foi tentar criar as condições para que os atletas possam chegar aos mais elevados patamares de competição, que na nossa perspectiva são chegar aos jogos neste caso Paralímpicos de 2012.

Queríamos fazer um projecto com estrutura, com dimensão, força, ambição e obviamente esperamos estar em 2012 como esperamos estar em 2016 e o projecto tem todos, as condições para crescer [...].”

Segundo o entrevistado, a concepção do projecto de NA da FVEM está circunscrita no âmbito do Desporto de alta-competição, as suas metas delimitam-se apenas na participação dos Jogos Paralímpicos.

Os moldes da sua criação têm em vista a obtenção de resultados ao nível competitivo, limitando a participação alargada de indivíduos com menos apetência para a natação, interferindo desta forma com a promoção do DA.

Segundo Constantino (1999), a autarquia deve ser a entidade propiciadora e estimuladora do aumento da oferta de condições que permitam à generalidade dos cidadãos o acesso a formas qualificadas de prática de Desporto, aumentando os respectivos níveis de participação e frequência nas actividades desportivas.

Ainda na Lei 5/2007, de 16 de Janeiro, LBAFD no seu Artigo 29.º, Pessoas com deficiência, diz-nos que a “ actividade física e a prática desportiva por parte das pessoas com deficiência é promovida e fomentada pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais com as ajudas técnicas adequadas, adaptada às respectivas especificidades, tendo em vista a plena integração e participação sociais, em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos.”

Nota-se que as actividades desenvolvidas no campo do DA no concelho, concentram-se ao nível do Desporto de alto-rendimento, diminuindo o alcance da pluralidade das actividades desportivas que o município deveria aspirar como meta.

1.2.5) Acessibilidades nas Instalações Desportivas

A mobilidade reduzida constitui uma das características mais frequentes na generalidade das pessoas com deficiência.

No planeamento de actividades para esta população, é fundamental procurar responder a estas dificuldades através de um conjunto de acessibilidades, que permitam a participação de todos.

Facto para o qual elaboramos, a seguinte questão, obtendo a seguinte resposta:

“ [...] Fizemos poucas adaptações, porque as piscinas na sua maioria são recentes e portanto já estavam preparadas para este segmento de público.

Mas houve casos como a piscina específica de treino a piscina de S. João de Ver, que era uma piscina mais antiga que nós recuperamos não está tão adaptada, intervimos no acesso aos balneários e ao cais [...].”

Na sua maioria as piscinas do concelho encontravam-se preparadas para abarcar o projecto. No entanto, houve necessidade de intervir na piscina de S.João de Ver, principal piscina do projecto, que sofreu alterações ao nível dos acessos ao cais e balneários, facilitando desta forma a sua utilização por parte dos atletas.

Dentro dos termos da legalidade, no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto “a promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na

qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática.”

Deste modo, é da responsabilidade da CM fazer cumprir as condições de acessibilidade, que promovem igualdade de oportunidades na participação das actividades promovidas pela mesma, que mais do que o aspecto legal, torna-se uma questão de legitimidade, por se tratar de um direito de igualdade.

1.2.6) Factores de Desenvolvimento Desportivo

No que diz respeito aos FDD, procuramos averiguar que concepção mantém o sujeito investigado a respeito dos mesmos relativamente ao projecto de NA.

Este responde-nos que:

“ [...] Nós na EM temos uma máxima cada organização vale pelas pessoas que tem”.

Nós focalizamos a 1ª parte do projecto em tentar construir uma boa equipa, e a construção dessa equipa iniciou-se por fazer um reconhecimento de quem detinha algum “Know How” na vertente da NA no concelho. Ainda convidamos pessoas que trabalharam no projecto anterior que existiu no Clube União de Lamas.

Fizemos um protocolo com o HSS, funciona quase como uma via verde para os atletas dentro do Hospital, proporcionando meios para que eles possam ser acompanhados permanentemente e que à mínima situação possamos despoletar mecanismos de correcção.

As infra-estruturas, são geridas por nós, foi colocá-las ao dispor do projecto. Em termos de financiamento trabalhamos em duas vertentes, por um lado o financiamento público tendo a FV apresentado o projecto à CM e esta ter atribuído ma verba para o projecto e por outro lado o financiamento privado, na vertente dos atletas.

A aposta, na sponsorização e na vertente da responsabilidade social, ainda não tivemos tudo aquilo que nós achamos que o projecto pode ter, mas já existem bons indícios nesse sentido.

Em termos de marketing, fizemos numa fase inicial uma campanha sobretudo nos jornais locais para a divulgação do projecto em termos de captação e depois numa fase seguinte em termos de apresentação do mesmo à população.

Fizemos uma parceria com a Vanessa Fernandes com a qual temos um protocolo desde 2004, o protocolo que temos com ela é simples, ela permite-nos usar a sua imagem e a força que a imagem dela representa, então num projecto desta envergadura faz todo o sentido do mundo, em troca de nós lhe criarmos as condições para ela treinar às horas que quiser numa das nossas piscinas ou dos nossos ginásios.

Na vertente marketing tentamos trabalhar a imagem também em termos da criação da marca FVNA [...].“

Apoiando-nos nos FDD defendidos por Pires (2007, pp. 222 a 224), o sujeito centra o seu discurso em cinco FDD, entre eles, a Orgânica, Recursos Humanos, Financiamento, Instalações e Marketing.

Relativamente à orgânica o projecto mantém uma relação de parceria estabelecida com o HSS entidade privada.

Quanto aos RH atribui um elevado valor à componente pessoal e profissional de cada interveniente.

No financiamento o projecto ainda não conta com a participação de sponsor, pois as ofertas encontradas ainda não cumprem as expectativas.

Sendo as instalações e infra-estruturas geridas pela FVEM, estas permitiram de forma rápida e eficaz a sua utilização.

Utilizando-se do marketing para procurar criar uma imagem de força e vitória no projecto através da utilização da imagem de uma atleta de elite de alto-rendimento, e ainda através da produção de uma marca de produtos FVNA.

1.2.7) Nível de Intervenção da EM junto das Instituições de apoio a Pessoas com Deficiência

As instituições de apoio a pessoas com deficiência, procuram responder de forma mais eficaz aos anseios desta população, no que diz respeito às suas necessidades, que a sociedade dita normal tem dificuldade em encontrar meios para as satisfazer.

Procuramos saber se o projecto mantém alguma relação com as instituições existentes no concelho. Questionando o nosso destinatário sobre o tema, este responde o seguinte:

“ [...] Nós divulgamos o projecto a todas estas instituições, mas é fundamental que o 1º passo seja dado por essas pessoas que possam sentir que têm essa atitude, ambição vontade e nós estamos aqui para criar as condições. Não vamos buscar ninguém a casa, nós tentamos divulgar toda a população e o 1º passo tem que ser dado pelas pessoas que se envolvem que se apresentam porque este projecto, exige muito de todos em termos de organização [...] ”.

No que diz respeito às relações de parceria entre a FVEM e as instituições de apoio às pessoas com deficiência, esta restringe-se à mera apresentação do projecto desenvolvido, sem no entanto estabelecer qualquer relação de parceria, cooperação ou contratual.

Na CRP, no seu artigo 79.º (n.ºs 1 e 2) relativo à prática desportiva pelas pessoas com deficiência, é da competência do Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do Desporto.

A FVEM comprometeu-se em disseminar o projecto, no entanto não conseguiu que as CERCI'S tomassem parte activa do mesmo, procurando integrar os seus utentes nas actividades desenvolvidas.

1.2.8) Planos de Futuro para o Projecto

O projecto de NA foi integrado no leque das actividades da FVEM, após a falta de recursos para subsistir no Clube União de Lamas.

Procuramos junto do nosso entrevistado, entender a continuidade do mesmo ao nível das expectativas de futuro, o qual respondendo-nos do seguinte modo:

“ [...] A nossa directora técnica Mestre Carla Cardoso foi convidada para integrar o comité Técnico Nacional, o que por si só é sinal de reconhecimento daquilo que estamos a fazer e estamos a trabalhar todos esses contactos com o mundo paralímpico.

Sinto, assim como os meus colegas que estão neste projecto, que ainda se trabalha numa perspectiva nacional de forma incipiente, sem método e organização, com que nós estamos a tentar montar no nosso projecto e acreditamos que vamos conseguir.

Estamos claramente numa fase embrionária, por isso o caminho a percorrer é longo, mas volto à génese do mesmo, e a génese está nas pessoas.

A equipa é muito importante, nós queremos manter quase como o conceito de treinador de futebol, esta equipa independentemente dos resultados até 2012. Não interessa se vamos perder ou se vamos ganhar é com esta estabilidade com esta vontade, com esta equipa que vamos trabalhar [...] “.

O sujeito relata que pelo projecto ser recente e por ainda estar num estado embrionário, o mesmo reconhece que sofre das influências que ocorrem a nível nacional no que diz respeito ao DA. Mas que nestas circunstâncias tem-se esforçado em construir um projecto próprio que tenha a capacidade de se sobrepor a estas dificuldades.

O mesmo acredita que a equipa técnica que constitui o projecto trabalha baseado em objectivos bem definidos, entretanto os mesmos resumem-se ao universo das perspectivas do Desporto de alto-rendimento objectivamente os Jogos-Paralímpicos.

Acreditamos que o Desporto é para todos, enfatizando que “os praticantes são hoje os homens e mulheres na pluralidade e diversidade dos seus estados de desenvolvimento; são por isso, crianças, jovens, adultos e idosos, maridos e esposas, pais e mães, avós e avôs, solteiros, casados e divorciados, saudáveis e doentes, normais e deficientes (Bento, 1993).

1.3) Coordenadora do Grupo técnico do Projecto de Natação Adaptada “Uma Braçada à Frente”.

1.3.1) Projecto de Natação Adaptada da FeiraViva

Procuramos definir a tipologia do projecto no âmbito desportivo, por isso o interesse em conhecer a concepção da coordenadora do grupo técnico.

Ao qual nos responde da seguinte forma:

“ [...] Uma equipa-grupo integrada no leque das actividades da empresa municipal. Que não deixa de ser um clube, sendo NAFV, não tem parte jurídica, a parte jurídica é a que rege a FVEM.

Julgo que é mais uma actividade integrada na EM [...].”

O projecto de NA da FV confina as suas actividades como equipa-grupo, participando em competições fazendo parte das actividades que a EM desenvolve e gere.

Tal como nos diz a nossa entrevistada é um verdadeiro clube da responsabilidade da FVEM.

A crise do DA não se reduz à sua pouca ou nenhuma existência, mas na concepção unitária do Desporto que o baliza.

O Desporto como fenómeno cultural passa por inúmeras transformações ao longo dos últimos trinta anos, surgiram novas modalidades e diferentes práticas dos desportos existentes, fenómeno que também se materializa no Universo do DA.

1.3.2) Recursos Humanos da FeiraViva Natação Adaptada

Após conhecermos a tipologia das actividades envolvidas, foi de nosso interesse saber a composição dos RH afectos ao projecto.

“ [...] Quatros colegas de Educação Física, duas fisioterapeutas e temos o protocolo com o HSS da parte médica da reabilitação fisiátrica [...].”

O grupo técnico do projecto é formado por uma equipa multidisciplinar, intervindo profissionais do âmbito Educacional e Médico.

1.3.3) Formação Profissional do Grupo Técnico

Ainda em relação à formação do grupo de profissionais afectos ao projecto, é pertinente analisarmos a sua formação ao nível das suas competências no âmbito do DA e em consequentemente na NA.

“ [...] Nós temos dois colegas unicamente com o curso de Educação Física e Desporto, um dos quais tem especialização em várias áreas de relaxamento e hidroterapia. Eu tenho especialização em Mestrado em Alto-Rendimento de natação. Todos nós temos formação em DA, nas duas cadeiras que todos temos na licenciatura. Desporto para populações especiais e ensino especial.

Fizemos agora o curso da Federação Portuguesa de Natação em NA [...].”

A formação inicial de todos os elementos do grupo técnico de natação é em EFD, dotando-os de competências que permitem desempenhar as suas funções no âmbito do ensino desportivo.

Relativamente à formação em DA, a entrevistada assume que ambos os professores tiveram na faculdade disciplinas da área, não sendo pois uma especialização.

Demonstra que o grupo desenvolve actividades de constante formação na área, na tentativa de aumentar os seus conhecimentos em DA e em especial na NA.

É curioso a ausência da referência às profissionais de fisioterapia integradas no grupo, parecendo-nos que as mesmas apenas desempenham as suas funções como técnicas de reabilitação.

Baseando-nos nos FDD (Pires, 2007) “ a formação deverá ser um processo de transmissão/aquisição activa de conhecimentos, tendo em vista a valorização técnica e humana de forma a melhorar o desempenho dos quadros humanos intervenientes no processo desportivo. Promove de forma dinâmica e sistemática, conhecimentos, provocando a sua actualização e aperfeiçoamento.”

Neste sentido, parece-nos que existe uma preocupação dos profissionais intervenientes em diminuir as lacunas existentes na sua formação inicial, no sentido de potencializar os seus conhecimentos do âmbito do DA.

1.3.4) Dificuldades da Prática

De tal maneira, tivemos interesse em saber da existência de dificuldades da prática do projecto.

A nossa entrevistada aponta como principais dificuldades na execução o seguinte:

“ [...] A instabilidade emocional, a instabilidade motora que hoje é uma coisa e amanhã já é outra e a instabilidade psicológica. A maior é sem dúvida a instabilidade emocional e psicológica [...]”

As características excepcionais da população deste projecto, suportam consigo um conjunto de dificuldades que na prática da modalidade não ocorrem em populações ditas normais.

A instabilidade mental torna-se o factor de maior influência na realização das diferentes tarefas.

A entrevistada explica que existe necessidade de se realizarem alguns ajustamentos aos conteúdos técnicos, adequando às características físicas e mentais dos atletas.

Tal como colocado pela entrevistada, a reduzida formação somente ao nível da licenciatura, acarreta consigo sérias dificuldades no trato com os atletas, porque a mesma não mune de competências necessárias aquando da intervenção no terreno.

1.3.5) Desporto Adaptado - Promotor de Inclusão das Pessoas com Deficiência

O Desporto tem-se vindo a afirmar como um meio de excelência na promoção da inclusão das pessoas com deficiência.

Sendo um dos temas base na nossa investigação procurarmos entender qual a concepção de inclusão que contém a nossa entrevistada.

A qual nos responde do seguinte modo:

“ [...] Sim, pois se formos a ver quantos clubes proporcionam a miúdos com deficiência mental ou motora actividade física de competição ou sem ser de competição conta-se pelos dedos, então aqui no concelho infelizmente cada vez são menos [...].”

A coordenadora do grupo técnico vê o projecto de NA como um meio de inclusão dos atletas intervenientes no mesmo, acusa a escassa oferta no âmbito desportivo, sendo o único projecto de DA no concelho o seu poder de inclusão torna-se ainda de maior importância.

A entrevistada afirma que o projecto promove a inclusão, no entanto, o significado de inclusão expresso na simples existência numérica de projectos.

A necessidade de promover modalidades que permitissem às pessoas com deficiência a sua execução, de acordo com as suas características e limitações, resultou no aparecimento de modalidades de cariz segregativo. Alguns exemplos desta realidade são modalidades como o Goalball, Boccia, Voleibol sentado.

É questionável o valor da inclusão das pessoas com deficiência, através da prática destes Desportos, pois o factor social não assume um papel preponderante como as modalidades integrantes, no entanto as vantagens físicas e psicológicas que advêm da sua prática são inúmeras.

É ainda indiscutível que o Desporto tem sido, talvez, o meio mais importante para a sensibilização e integração do deficiente na sociedade (Moura e Castro, 1994).

O facto de pessoas sem deficiência e com deficiência competirem em conjunto, praticarem a mesma modalidade é imperativamente um meio promotor de socialização directo, permite o contacto e a troca de experiências fomentando a integração social.

1.3.6) Desporto de Competição vs Desporto Adaptado,

Inclusão vs Exclusão

Percebido o sentido de inclusão expresso pela entrevistada, foi interessante saber o que a mesma entende pela relação DA de alta-competição e exclusão, no que isto interfere na sua execução.

A entrevistada responde-nos que no caso específico deste projecto:

“ [...] O objectivo é proporcionar um Desporto competitivo a miúdos com deficiência motora ou mental que tenham predisposição e que gostem de competir.

Relativamente aos menos aptos, aqueles que não cheguem à alta-competição o nosso projecto integra-os/incorpora-os.

Portanto os menos aptos estão integrados no projecto, a inclusão é total. [...]. ”

O projecto partiu das linhas competitivas, que a coordenadora alega permitir a todos os que tivessem vontade de participar serem integrados no mesmo.

O que é de se estranhar, a ausência no que se refere aqueles que não têm potencialidades de enveredar pela vertente da alta-competição, que não é expresso nas palavras da entrevistada.

Faz-se aqui necessário lembrar uma vez mais o que nos diz Constantino (2006, p. 33) “uma política desportiva para pessoas com deficiência deve assentar numa acção transversal a ser concretizada pelos diferentes intervenientes sociais e que permita harmonizar e simplificar a acção concreta desde a iniciativa privada e social até à intervenção pública do estado.”

O Desporto praticado por pessoas com deficiência é Desporto.

Desporto na sua essência, com todas as suas dimensões, onde a natureza das suas formas de participação são ajustadas às características dos indivíduos, tendo em vista o seu desempenho.

No entanto, a vertente competitiva pela sua especificidade e exigência não permite que todos os indivíduos atinjam os objectivos mínimos necessários para participarem neste.

Desta forma, foi impreterível dar resposta aos menos aptos, proporcionando-lhes condições para a prática de NA contemplando a vertente recreativa e terapêutica.

1.4) Análise e Discussão dos Aspectos convergentes e divergentes das entrevistas

Ao conhecermos de modo isolado o universo das respostas de cada entrevistado em separado, decidimos cruzar as informações prestadas relativas. A função desempenhada por cada entrevistado influencia o modo como estes abordam as diferentes questões relativas ao nosso estudo.

Este cruzamento proporciona-nos uma série de resultados, que abordamos nas linhas abaixo.

1.4.1) Política Desportiva no Âmbito do Desporto Adaptado

Relativamente à política desportiva no concelho, no que diz respeito ao DA, as actividades actualmente desenvolvidas estão circunscritas na esfera do Desporto de alto-rendimento.

Ambos os entrevistados falam do projecto dentro do universo competitivo, o objectivo resume-se em atingir os patamares de alta-competição, ansiando deste modo chegar aos Jogos Paralímpicos de 2012.

Arriscamo-nos a dizer que as actividades anteriores de DA, por terem estado concentradas no Clube União de Lamas, não sofreram mudanças na sua concepção quando do seu deslocamento para o leque de actividades da EM. Resumindo-se a um mero deslocamento de um local para outro.

Ambos os sujeitos estão em concordância relativamente ao âmbito de concepção e execução do DA no Concelho de acordo com os motivos referidos, que se pautam no restrito Universo do alto-rendimento.

Esta concepção delimita o projecto na sua realização, reflectindo-se no discurso da terceira entrevistada, onde os objectivos do treino se balizam no âmbito competitivo.

1.4.2) Acessibilidades das Infra-Estruturas

Relativamente ao aspecto das acessibilidades das pessoas com deficiência aos locais da prática das actividades desportivas, as adaptações resumem-se somente às piscinas, local de intervenção do projecto.

Ambos os entrevistados levantam a preocupação da adaptação das infra-estruturas, no entanto, apenas o fazem nas piscinas, sabendo de antemão que estas não são as únicas infra-estruturas desportivas geridas pela FVEM.

Uma vez mais, demonstra que as actividades de DA resumem-se exclusivamente ao Projecto de NA.

1.4.3) Objectivos do projecto de Natação Adaptada

Os objectivos do projecto que são indicados tanto pelo Dr. Amadeu Albergaria, como pelo Dr. Paulo Sérgio Pais são restritos do Desporto de alto-rendimento, como podemos perceber ao analisarmos a concepção do projecto.

Ambos demonstram no seu discurso que a implementação de novos projectos no âmbito do DA, só ocorrerá se este atingir o sucesso para o qual foi desenhado, mostrando uma perspectiva demasiado delimitadora relativamente ao desenvolvimento de uma política desportiva voltada para o DA.

1.4.4) Factores de Desenvolvimento Desportivo

Ao analisarmos os FDD do projecto, identificamos uma vez mais o âmbito de intervenção ao nível do seu objectivo competitivo.

Esta concepção por sua vez delimita inclusive, a qualidade dos RH que vieram a ser integrados no referido projecto, procurando como o nosso segundo entrevistado salienta, encontrar os profissionais que ao nível das competências no alto-rendimento com os requisitos delineados na concepção de origem.

Tal é reafirmado ao nível da execução final do referido projecto, no que diz respeito às Qualificações da Coordenadora que alega ter Mestrado em Alto-Rendimento de Natação, mas no entanto a formação ao nível do DA delimita-

se às duas disciplinas do Currículo da formação da Faculdade, tanto desta, como dos restantes profissionais que trabalham no projecto.

De maneira mais isolada, mas sem entretanto nos desligarmos do contexto geral, vê-se que as dificuldades dentro da gestão da EM dizem respeito ao financiamento.

No que diz respeito à Sponsorização e vertente de responsabilidade social o segundo entrevistado afirma que os resultados ainda não são aproximam do esperado.

Conhecendo o contexto mais amplo do referido projecto, no que diz respeito à problemática que enfrenta, foi nossa curiosidade perceber como isto se reflecte na sua execução final.

Ao nível da execução final, percebe-se que o projecto suporta uma concepção unitária de Desporto, que se reflecte na constituição da equipa de RH e que interfere no sentido de inclusão expresso pela terceira entrevistada e assumido no andamento das acções do projecto.

O que tem por consequências, as quais sentem-se as dificuldades da prática, do quotidiano do trabalho com os intervenientes do projecto.

1.5) Análise das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças do projecto de Natação Adaptada

A análise *SWOT*, abreviatura das siglas em inglês *Strenghts*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats*, é uma estratégia de carácter investigatório, que tem por finalidade realizar o diagnóstico estratégico do seu objecto de estudo.

Divide-se em quatro parâmetros, que explicamos sucintamente de seguida:

Strenghts - pontes fortes: vantagens internas do projecto em relação aos projectos concorrentes.

Weaknesses - pontos fracos: desvantagens internas do projecto em relação aos projectos concorrentes.

Opportunities - oportunidades: aspectos positivos da envolvente com o potencial de fazer crescer a vantagem competitiva do projecto.

Threats - Ameaças: aspectos negativos da envolvente com o potencial de comprometer a vantagem competitiva da empresa.

No quadro n.º 3 apresentamos a análise *SWOT* realizada ao projecto de NA da FVEM:

Quadro n.º 3 – Análise SWOT projecto de NA “Uma Braçada à frente”

Oportunidades	- Infra-estruturas geridas pela FVEM;	- Equipa Multi-disciplinar; - Infra-estruturas adequadas;	Pontos Fortes
Fraquezas	- Concepção competitiva do projecto; - Única oferta de DA no concelho;	- Limitada Sponsorização; - Falta de êxito na sponsorização na vertente da responsabilidade social;	Pontos Fracos

“Deficiente” – é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência que é dono do seu destino.

“Louco” – é que não procura ser feliz com o que possui.

“Cego” – é aquele que não vê o seu próprio morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

“Surdo” – é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir sem tostões no fim do mês.

“Mudo” – é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

“Paralítico” – é quem não consegue andar na direcção daqueles que precisam da sua ajuda.

“Diabético” – é quem não consegue ser doce.

“Anão” – é quem não sabe deixar o amor crescer.

Mario Quintana (escritor gaúcho, 1906 - 1994)

CAPITULO IV – Considerações Finais

.....●

A igualdade de oportunidades, assim como o direito de todos e de todas ao Desporto é preceito constitucional. No entanto, nem sempre esses direitos consagrados na Lei Magna se cumprem e a escassa oferta de DA no nosso país poderá ser considerada o espelho dessa situação.

A literatura respeitante ao âmbito genérico do DA é recente, daí que, por consequência, também o volume de publicações não é tão numeroso como seria desejável.

A presente investigação, relativa à tese de dissertação de licenciatura, corresponde a um conjunto de preocupações que fomos sentindo ao longo do percurso académico, relativamente à implementação e desenvolvimento do DA no nosso país. Daí que, a nossa principal preocupação tenha incidido na verificação da existência, ou não, de políticas desportivas públicas direccionadas para a população com deficiência no concelho de St^a M^a da Feira, e de que modo é que essas políticas se operacionalizam.

As nossas pretensões vão além das conclusões finais deste estudo.

Na perspectiva de procurar despertar as entidades competentes para esta problemática, que atinge milhares de pessoas (praticantes, familiares e amigos), procuramos contribuir, ainda que de forma humilde, para que os responsáveis políticos decisores e operacionais, possuam um instrumento de análise e de estudo sobre a realidade do DA no concelho.

Assim, ao longo desta investigação, procuramos encontrar respostas para as nossas interrogações e inquietações, através da recolha e análise documental e da realização, descrição e interpretação das entrevistas aos sujeitos directamente intervenientes no projecto. Acompanhamos e registamos, ainda, as decorrências em terreno do projecto de NA desenvolvido pela autarquia de St^a M^a da Feira.

Passamos a enunciar as três grandes considerações fundamentais do presente estudo:

1. Política Desportiva do Desporto Adaptado no Concelho de St^a M^a da Feira, resume-se a uma restrita concepção da dimensão do Desporto de alto-rendimento;

2. Esta concepção unitária tem como consequência uma oferta singular de Desporto, direccionando exclusivamente as pessoas com deficiência ao projecto de natação;
3. O referido projecto, circunscrito ao âmbito do alto-rendimento, não consegue responder aos anseios da população com deficiência, no que se refere ao carácter plural da inclusão.

Ao constatar-mos como único, o projecto de NA da FVEM no concelho de St^a M^a da Feira, parece-nos certa a falta de articulação das leis com a realidade. Transparece, a preocupação por parte das entidades competentes, no que diz respeito à oferta de condições de prática desportiva para toda a população, e em especial para a população com deficiência. No entanto, esta preocupação esgota-se numa única oferta, que pelos presentes moldes de actuação não permitem abranger um número elevado de cidadãos.

Os poucos recursos financeiros, materiais e ainda a pouca oferta de actividades desportivas das entidades privadas, dificultam a implementação de um maior número de projectos que possibilitem à pessoa com deficiência gozar na plenitude dos seus direitos no que diz respeito a esta temática.

Foi sendo debate no presente estudo, as desvantagens relativas ao desporto de alta-competição na população com deficiência. De acordo com vários autores, no que diz respeito à inclusão desta população face às suas dificuldades na sociedade, este âmbito desportivo limita um maior número de participantes. No entanto, é de salientar que projectos com objectivos bem definidos, bons recursos humanos e materiais, apesar da sua natureza competitiva, procuram responder aos anseios das pessoas com deficiência. Proporcionam, como relatam os nossos entrevistados “momentos de prazer”, que permitem a esta população mostrar a sua vontade e força, tornando para os municípios o DA como algo de importante para o desenvolvimento de uma sociedade de oportunidades, usufruindo das vantagens da diversidade.

De igual forma, foi para nós de extrema satisfação, encontrar respostas positivas às dúvidas inquietantes que inicialmente contribuíram para a temática do nosso estudo.

Após verificarmos a existência de DA no concelho, procuramos através da nossa análise, apresentação e discussão dos dados contribuir para o desenvolvimento do trabalho, e ainda, para chamar a atenção das entidades responsáveis para um possível aumento da oferta de DA por parte da autarquia e/ou entidades privadas, tanto no âmbito competitivo como recreativo, tanto na opção de natação, como em possíveis novas modalidades, como é o caso do Boccia, Goalball, atletismo, entre outros.

Referências Bibliográficas

.....●

- Albarello, L. & al (2005). Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva
- Amorim, M. (2006). Construção e Adaptação de um Teste de atenção para Indivíduos com Deficiência Visual. Estudo Baseado na Atenção de Bams. Porto: M. Amorim. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Anderson, J. (1999). The Stoke Mandeville Games. In European Committee for the History (ed.), Fourth congress of the history of sport in Europe. Florence, Italy: Tipografia Comunale.
- Bardin, L. (2004). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, LDA.
- Bento, J. (1991). Desporto, Saúde, Vida - Em Defesa do Desporto. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bento, J. (2003). Do Sentido Cultural do Desporto. Actividade Física e Desporto. Fundamentos e Contextos. (Ed. Prista, A; Marques, A.; Madeira, A.; Saranga, S.) (pp. 13 - 22).
- Bento, J. (2007). “ Em defesa do desporto.” (pp.9 - 55) In: Bento, Jorge Olímpio e Constantino, José Manuel (Ed): Em Defesa do Desporto, Mutações e Valores em Conflito. Coimbra: Edições Almedina.
- Bento, J. Constantino, J. (coord.) (2007). Em Defesa do Desporto. Mutações e Valores em conflito. Coimbra: Edições Almedina.
- Buchalla, C. & Farias, N. (2005). A classificação Internacional se Funcionalidade e Saúde da organização Mundial de saúde: conceitos, usos e perspectivas [versão electrónica]. Rev. Bras. Epidemiol., 187-193.
- Cálão, P. (2003). Oferta e Procura Desportiva no Concelho de Viseu. Porto: P. Cálão. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Carvalho, M.^aJ. (2003). Desporto e Autarquias Locais: principais referências normativas. *Revista Desporto*, N^o 4. 14-17.

- Carvalho, M.^aJ. (2004). Inovações Relativas às Autarquias, às Empresas de Desporto e ao Desporto e Espectáculo na proposta de Lei de Bases do Desporto. Actas do 6º Congresso Nacional de Gestão do Desporto (pp. 121 - 129).
- Carvalho, M.^aJ. (2004). O Direito e a Intervenção Pública no Desporto. *Vértice*. Julho – Agosto. 49 - 62.
- Carvalho, M.^aJ. (2007). Os elementos estruturantes do regime jurídico do desporto. Porto: M. J. Carvalho. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Castro, M. (2005). Actividade Física Adaptada. São Paulo: Tecmedd.
- Comité Paralímpico Internacional, consult. em 26 de Fev, disponível em <http://www.paralympic.org/>.
- Conceição, A. (2007). Desporto e Autarquias. Estudo para a Criação de uma Política Desportiva Comum para a Grande Área Metropolitana do Porto. Porto: A. Conceição. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Constantino, J. (1999). Desporto, Política e Autarquias. Lisboa: Livros Horizonte.
- Constantino, J. (2006). Desporto – Geometria de Equívocos. Lisboa: Livros Horizonte.
- Corredeira, R & Gama, R. (2007). Documento de apoio à disciplina de Bases de Educação Física Especial (documento não editado).
- Cunha, M. (2006). Educação Inclusiva – Uma Realidade? A aplicabilidade da Inclusão nas escolas regulares: Estudo das atitudes, pareceres e dificuldades de intervenção de docentes de Educação Física. Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Cunha e Silva, Paulo (2007). “ O Corpo Laboratório da performance desportiva. In: Bento, Jorge Olímpio e Constantino, José Manuel

(Ed): Em Defesa do Desporto, Mutações e Valores em Conflito.
Coimbra: Edições Almedina.

- Dias, R. (2007). Desporto Adaptado do Futebol Clube do Porto. Porto: R. Pereira. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Deficiência Mental, consult. em 10 de Jan 2008, disponível em www.ime.usp.br/~mamorim/monoimgdef/cap21.htm
- Deficiência Mental, consult. em 10 de Jan 2008, disponível em www.aamr.org
- Deficiência Visual, consult. em 26 de Jan 2008, disponível em <http://www.acapo.pt>
- Deficiência Visual, consult. em 26 de Jan 2008, disponível em <http://www.who.int/blindness/causes>
- DePauw, K. P., e Graston, S. J. (1995). Disability and sport: Human Kinetics.
- Escriba, A. (2002). Síndrome de Down: Propuestas de Intervención. Madrid: Editorial Gymnos.
- Estatutos da FPDD, consult. em 16 de Fev, disponível em <http://www.fpdd.pt>.
- FeiraViva – Cultura e Desporto (2001). Manual de Acolhimento. Stª Mª da Feira: FeiraViva - Cultura e Desporto.
- FeiraViva – Cultura e Desporto (2007). Natação Adaptada Londres 2012. Stª Mª da Feira: FeiraViva – Cultura e Desporto.
- FeiraViva Natação Adaptada (2007). *Terras da Feira, 1775*, 1-4.
- Fernandes, E. (1999). Multiculturalidade e Inclusão Escolar. – Estudo sobre as condições de acessibilidade social conferidas, sob o ponto de vista axiológico, pelos professores, em geral, e de Educação Física, em particular, a alunos oriundos de etnias minoritárias e com diferenciação cultural, do distrito de Viseu. Porto: E.

Fernandes. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade De Desporto da Universidade do Porto.

- Fonseca, V. (1997). Educação Especial: Programa de Estimulação Precoce. Lisboa, Editorial Noticias.
- França, R. (2000). A Dinâmica da Relação na Frataria da Criança com Paralisia Cerebral. Coimbra: Quarteto Editora. 19-24.
- Freitas, N. (2000). Objectivos de realização e crenças sobre a competência desportiva: Um estudo com atletas com deficiências visuais. Porto: N. Freitas. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. (pp. 2-9).
- Gallardo, L. & Jiménez, A. (2004). La gestión de los servicios deportivos municipales – Vías para la excelência. Barcelona: Inde Publicaciones.
- Garcia, R. (2000). Desporto para pessoas com deficiência – uma perspectiva ética. In Emerson Garcia e Kátia Lemos (Orgs). Temas Actuais V – Educação Física e Esportes (83-92). Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brazil: Editora Health.
- Guerreiro, M. (2000). Criação de Empresas Públicas Municipais a nível Desportivo: Vantagens e Desvantagens. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.
- Guttman, L. (1977) O Desporto para Deficientes Físicos (Antologia Desportiva nº7). Ministério da Educação e Investigação Científica. Direcção Geral dos Desportos. Lisboa.
- Igualdade não é Liberdade, *Johann Wolfgang von Goethe*, in '*Máximas e Reflexões*', Consult. 18 de Nov 2007, disponível em www.citador.pt/pensar.php?op=10&refid=200605090900.
- Le Gall, A. (1995). Especificidad genética del Síndrome de Down. En Perera, J. (Dir.). Síndrome de Down. Aspectos Específicos. Barcelona: Masson.

- Lockette, K. & Keyes, A. (1994). Classification and Exercise Guidelines. Conditioning with Physical Disabilities. Chapter 5, 65-81: Human Kinectics Books.
- Mental Retardation. Definition, Classification, and Systems of Supports. 10TH Edition (AAMR) 2002. Washington, DC: American Association on Mental Retardation.
- Morato, P. 1995). Deficiência Mental e Aprendizagem. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.
- Moura e Castro, J.A. (1996) O Deficiente e o Desporto. In: Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto, Vol. XIII, 74, Out./Nov., 26-30.
- Nielsen, L.B. (1999). Necessidades Educativas Especiais na sala de Aula: Um Guia para Professores. Porto: Porto Editora.
- Oliveira, M. (2006). O desenvolvimento da Preferência Manual e sua Proficiência Manual. Estudo em crianças portadoras de Síndrome de Down e crianças ditas normais, em idade pré-escolar. Porto: M. Oliveira. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Pires, G. (2003). Gestão do Desporto. *Desenvolvimento Organizacional*. Porto: APOGESD.
- Pires, Gustavo (2007). Agôn – Gestão do Desporto. Porto Editora: Porto.
- Quivy e Campenhoudt (1998). Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, D. A. (1983). Educação Especial – Deficiência Motora. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Educação Física.
- Rodrigues, D. (1998). Corpo, Espaço e Movimento. A representação espacial do corpo em crianças com paralisia cerebral, Lisboa, 68-82: Instituto Nacional de Investigação Científica.

- Silva, A. (1991). Abordagem à caracterização dos diferentes tipos de deficiência. Porto: A. Silva. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Silva, M. A. (1992). Desporto para Deficientes. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Silva, C.(2005). O Risco do Desporto de Alta Competição na Pessoa com Deficiência. Porto: C. Silva. Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Síndrome de Down, consult. em 7 de Fev 2008, disponível em www.appt21.org.pt
- Soares, Z.(2002). A sexualidade na Deficiência Mental. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade do Porto.
- Passebecq, A. J (1984). La santé de vos Yeux.. St-Jean-de-Braye France: 1979 Editions Dangles
- Varela, A. (1991). Desporto para pessoas com deficiência: expressão distinta do Desporto. Educação Física Especial, 5-6, 53-62.
- Vieira, P. (2006). Estratégia das Organizações Desportivas. Estudo de caso – Associação de Andebol do Porto. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Winnick, J. P. (1990). Adapted physical education and sport. Illionois: Human Kinetics Publishers, Inc.
- Yin, Robert (2005). Estudo de Caso – Planejamento e Métodos. 3ªEdição. Artmed Editora: São Paulo.

Legislação e documentos internacionais consultados:

- Constituição da República Portuguesa de 1976, 7.^a revisão.
- Bases Gerais da Prevenção, Habilitação e Participação da Pessoa com Deficiência (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto).

- Lei de Bases da Prevenção, Habilitação e Participação da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto).
- Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro).
- Carta Europeia do Desporto
- Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da Unesco
- Lei da Anti-Discriminação (Lei n.º 46/2006 de 28 de Agosto).
- Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, já revogada).
- Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro).
- Transferência de Competências para as Autarquias Locais (Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro)



Anexo 1

Caracterização dos atletas da Equipa da FeiraViva Natação Adaptada

SEXO	IDADE	NASCIMENTO (DIA/MÊS/ANO)	PESO (KG)	ALTURA (CM)	TIPO DEFICIÊNCIA	CONCELHO	NIVEL
M	10	02-12-1997	28.50	144	Visual	S.M. Feira	4
F	12	28-06- 1995	33.00	134	Trissomia 21	Ovar	4
M	14	29-06-1993	56.60	164	Motora	S.João da Madeira	4
M	15	11-11-1992	58.10	155	Paralisia Cerebral	S.M Feira	4
M	15	23-12-1991	56.10	157	Trissomia 21	S.M. Feira	4
M	16	28-07-1991	46.70	161	Paralisia Cerebral	S.M. Feira	4
M	16	22-12-1991	68.60	179	Paralisia Cerebral	S.M. Feira	4
M	18	07-06-1989	70.50	160	Mental	S.M Feira	4
M	18	15-11-1989	52.10	162	Paralisia Cerebral	S.M Feira	4
F	18	06-08-1989	58.80	155	Paralisia Cerebral	S.M Feira	4
M	19	21-04-1988	53.00	155	Trissomia 21	S.M. Feira	4
F	20	04-07-1987	52.00	152	Paralisia Cerebral	S.M. Feira	4
M	22	???-1985	52.00	165	Paralisia Cerebral	Ovar	4
M	32	05-01-1975	76.30	177	Motora	S. João da Madeira	4
F	37	07-11-1970	70.10	163	Mental	S.M. Feira	4
M	11	05-07-1996	???	???	Motora	S.M. Feira	3
F	12	13-01-1995	58.00	160	Paralisia Cerebral	S.M. Feira	3
M	24	05-10-1983	76.00	190	Motora	Estarreja	3
M	26	03-01-1981	80.30	179	Mental	S.M. Feira	3
M	5	07-10-2002	22.30	116	Paralisia Cerebral	S.M. Feira	2
F	7	27-12-2000	19.30	118	Motora	S.M. Feira	2
M	7	27-02-2000	18.60	113	Motora	S.M. Feira	2
M	7	10-07-2000	19.70	116	Motora	S.M. Feira	2
M	7	28-03-2000	18.20	109	??	S.M. Feira	2
F	7	12-07-2000	19.10	116	Motora	S.M. Feira	2
M	8	08-08-1999	30.70	118	??	S.M. Feira	2
M	8	05-04-1999	29.00	129	Motora	S.M. Feira	2
F	9	14-11-1998	26.00	127	Motora	S.M. Feira	2
M	11	28-04-1996	26.80	126	Mental	S.M. Feira	2
M	12	27-12-1994	42.30	148	Trissomia	S.M. Feira	2

					21		
M	16	17-09-1991	51.20	156	Paralisia Cerebral	S.M. Feira	2
M	21	07-08-1986	48.60	167	Mental	Vila Nova de Gaia	2
F	9	20-04-1998	??	??	??	Ovar	1
M	14	02-04-1993	47.00	163	Motora	S.M. Feira	1
M	16	08-08-1991	??	158	Paralisia Cerebral	S.M. Feira	1
F	16	12-12-1990	25.00	??	Paralisia Cerebral	S.M. Feira	1
M	18	??-03-1989	59.00	167	Paralisia Cerebral	S.M. Feira	1
M	23	18-03-1984	72.90	166	Paralisia Cerebral	S.M. Feira	1
F	24	29-10-1982	51.50	151	Mental	S.M. Feira	1
F	24	11-11-1983	63.00	140	Paralisia Cerebral	S. João da Madeira	1
M	24	29-10-1982	29.00	148	Motora	S.M. Feira	1
M	35	11-08-1972	84.00	180	Motora	S.M. Feira	1
M	43	17-07-1964	63.20	163	Motora	S.M. Feira	1

Anexo 2

Guião da Entrevista

Destinatário:

1. Qual é a relação entre a câmara municipal (o seu Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude) e a Feira Viva, cultura e Desporto, empresa municipal? Quando é que foi constituída esta empresa municipal e porquê?
2. Qual é a política desportiva do município no que respeita ao Desporto adaptado? Que parte do orçamento do Desporto é dispendido com o Desporto adaptado? Que recursos humanos estão directamente direccionados para o trabalho nesta área?
3. Esta política desportiva relativa ao Desporto adaptado visa contribuir mais para o Desporto na sua vertente competitiva, recreativa ou terapêutica?
4. As instalações desportivas do concelho, designadamente as piscinas municipais dispõem de acessibilidades para as pessoas com deficiência?
5. Quais são as entidades, organizações privadas e/ou públicas, com quem o município estabelece relações protocolares ou de parceria no âmbito do Desporto adaptado?
6. Quais os projectos futuros do município para o Desporto adaptado do Concelho de Santa Maria da Feira?

Anexo 3

Guião da Entrevista

Destinatário:

1. Quais são as suas funções e competências na Feira Viva, cultura e Desporto, empresa municipal?
2. Que relação é estabelecida entre a Feira Viva, cultura e Desporto, empresa municipal e a câmara municipal (o seu Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude)?
3. Quais as actividades desportivas que estão sob a alçada da Feira Viva, cultura e Desporto, empresa municipal?
4. Qual a estratégia subjacente à operacionalização e desenvolvimento do Projecto de Natação Adaptada, “Uma braçada à frente”? Quais são os objectivos a curto, médio e longo prazo deste projecto? E quais foram as metas que estabeleceram?
5. Houve necessidade de adaptar as infra-estruturas das piscinas municipais para a concretização deste projecto? Se sim quais foram essas adaptações ou remodelações?
6. Refira-me sumariamente os principais factores/ indicadores/ critérios de desenvolvimento deste projecto desportivo (financiamento, marketing, orgânica, instalações)
7. Quais as relações de parceria, de cooperação ou contratuais com as Cooperativas para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas (CERCIS – de Lamas e da Feira)? Têm relações com outras organizações no âmbito do Desporto adaptado e designadamente da natação?
8. Quais as perspectivas futuras para o Projecto de Natação Adaptada, “Uma braçada à frente”?

Anexo 4

Guião da Entrevista

Destinatário:

1. Natação Adaptada da FV é um clube desportivo, como qualquer associação privada sem fins lucrativos e com personalidade jurídica? É uma equipa/grupo integrada no leque de actividades da empresa municipal?
2. Qual a composição do grupo técnico de profissionais que trabalham no projecto de Natação Adaptada, “Uma braçada à frente”.
3. Qual é a formação académica de cada um dos elementos que integra este grupo técnico? Têm especialização ou alguma formação específica em Desporto adaptado?
4. Quais as principais limitações/dificuldades encontradas no trabalho com esta população?
5. É a promoção da inclusão da população especial um dos objectivos principais deste projecto?
6. A prática do Desporto adaptado de alto-rendimento nesta população poderá promover a exclusão dos menos aptos? Se sim, como encara esta situação?

